

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE NACIONAL DE DIREITO

A HISTORICIDADE DO DIREITO PROCESSUAL BRASILEIRO: Um estudo sobre o
Código de Processo Civil do Estado do Maranhão de 1911

MANOEL JÚNIOR FERREIRA VELOSO

RIO DE JANEIRO
2018/ 1º SEMESTRE

MANOEL JÚNIOR FERREIRA VELOSO

A HISTORICIDADE DO DIREITO PROCESSUAL BRASILEIRO: Um estudo sobre o
Código de Processo Civil do Estado do Maranhão de 1911

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob orientação da **Prof^a. Dr^a. Marcia Cristina Xavier de Souza.**

RIO DE JANEIRO
2018/ 1º SEMESTRE

MANOEL JÚNIOR FERREIRA VELOSO

V432h Veloso, Manoel Júnior Ferreira
A Historicidade do Direito Processual Civil Brasileiro: um estudo sobre o Código de Processo Civil do Estado do Maranhão de 1911 / Manoel Júnior Ferreira Veloso. -- Rio de Janeiro, 2018.
70 f.

Orientadora: Márcia Cristina Xavier de Souza.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Direito, Bacharel em Direito, 2018.

1. Direito Processual. 2. História do Direito. 3. Código de Processo Civil. 4. Estado do Maranhão.

I. Souza, Marcia Cristina Xavier de , orient. II. Título.

MANOEL JÚNIOR FERREIRA VELOSO

A HISTORICIDADE DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO: Um estudo
sobre o Código de Processo Civil do Estado do Maranhão de 1911

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob orientação da **Prof^a. Dr^a. Marcia Cristina Xavier de Souza**.

Data da Aprovação: __/__/____.

Banca Examinadora:

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marcia Cristina Xavier de Souza.

Membro da Banca

Membro da Banca

RIO DE JANEIRO
2018/ 1º SEMESTRE

AGRADECIMENTOS

“O sertanejo é, antes de tudo, um forte”. E como fomos fortes! Meus pais, verdadeira fortaleza de tudo que fui, sou e serei, são tão vitoriosos e merecedores desse momento quanto eu. Obrigado pela crença, pela palavra, pelo suporte, pelos puxões de orelha e pelos afagos. Não estaríamos aqui, hoje, se não fosse pelo primeiro passo dado no começo de tudo. À minha mãe, pela paciência singular, sabedoria e exemplo diário de dedicação. Exalto, ainda, o exemplo de trabalho e ética que meu pai me dá todos os dias. O peso da cruz não lhe tira os olhos do caminho – este que agradeço sempre por abri-lo para mim. Deus, que tanto nos abençoa, ainda há de permitir muitas conquistas para nós. A recompensa de toda nossa luta será grande.

Aos meus irmãos, Gabriel e Miguel, por quem trabalho todos os dias na esperança de poder ser uma inspiração dentro de casa. Não há prece que não seja dedicada a esses dois que, comigo, serão a ponte do passado para o futuro. Avante, irmãos, que a messe é grande e os trabalhadores são poucos!

Na pessoa de minha avó Francisca, agradeço toda a família. Não há um dia que a saudade não me bata no peito. “Bobóia”, a senhora é luz, vida, compreensão e exemplo de garra. Hoje e sempre. As lágrimas que derramo são a água de lastro para carregar tanto amor e carinho dentro de mim.

Por fim, ao Maranhão, que não me deu o berço, mas foi palco de todas as minhas memórias até então. Deu-me uma infância inesquecível, amigos para a vida inteira, a veia literária e o gostinho de mar. Terra de encantos, do canto do sabiá, das palmeiras e de primores. A vida é combate, e há de permitir que eu volte para lá.

*Entre o rumor das selvas seculares, ouviste um
dia no espaço azul vibrando o troar das
bombadas nos combates e, após, um hino festival
soando 'salve pátria, pátria amada!'; Maranhão,
Maranhão, berço de heróis. Por divisa tens a
glória; por nune, nossos avós.*

António Baptista Barbosa de Godois

RESUMO

A presente monografia se propõe a fazer um estudo sobre a história do Direito Processual Civil brasileiro, opondo-se à ideia de que há uma ruptura efetiva entre o direito português e o direito pátrio; tem como objetivo demonstrar, através da análise histórica e da consulta às fontes legislativa e doutrinal, que o direito brasileiro permaneceu embebido pelo ranço português mesmo após a independência, não apenas herdando normas, mas copiando-as e inserindo-as no ordenamento jurídico nacional. O estudo busca no início da República brasileira a ruptura com o direito luso, a partir da análise da competência legislativa estadual para a matéria processual civil, quando os legisladores nacionais puderam criar norma genuinamente brasileira, com enfoque no Código de Processo Civil do Estado do Maranhão, de 1911, um dos diplomas legais expoentes na tratativa do tema à época.

Palavras-chave: Brasil, Colônia, Direito, Império, Maranhão, República.

ABSTRACT

The present thesis aims to do a research about the history of Brazilian's civil procedure law, objecting the idea that there is an effective disruption between Portuguese law and national law; it aims to demonstrate, based on historical analysis and investigation of the legislative and doctrinal sources, that Brazilian law remained deeply affected by Portuguese influence even after the Independence, not only inheriting norms, but copying them and inserting them into the national legal order. The study seeks, at the beginning of the Brazilian Republic, the rupture between Brazilian and Portuguese Law, from the analysis of state's legislative competence for civil procedural matters, when national legislators were able to create a legal norm genuinely Brazilian, focusing on the 1911's Civil Procedure Code of the State of Maranhão, one of the outstanding legal diplomas regarding the subject back then.

Keywords: Brazil, Colony, Law, Empire, Maranhão, Republic.

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
ABSTRACT	7
INTRODUÇÃO	9
1. HISTÓRIA E LEGISLAÇÃO: A RELAÇÃO “BRASIL X PORTUGAL” DO SÉCULO XV A XIX.....	12
1.1. O Maranhão dentro da História do Brasil do Século XV a XIX.....	23
2. DE IMPÉRIO A REPÚBLICA.	32
2.1. O incremento legislativo em matéria processual.	38
2.2. O Regulamento nº 737.....	40
2.3. A Consolidação Ribas.....	42
3. O INÍCIO DA REPÚBLICA.	45
3.1 A Constituição Republicana de 1891 e a competência legislativa estadual.....	45
3.2 O Código de Processo Civil e Comercial do Estado do Maranhão de 1911	48
CONCLUSÃO.....	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64

INTRODUÇÃO

O pensamento jurídico contemporâneo desemboca em inovações no âmbito do Processo Civil. É incontestável que há uma onda doutrinária, onda esta que evocou renovações legislativas no sentido de atualizar conceitos e os próprios procedimentos, a fim de ajustar a lei às necessidades do atual momento histórico.

Neste diapasão, a principal tarefa dos juristas dedicados ao estudo do Direito Processual se tornou a reconstrução de sua teoria geral, tarefa que implicou tanto o aposte em seu acervo de novos conceitos jurídicos fundamentais como a redefinição de outros que se tornaram obsoletos¹. Sendo assim, não é possível que se prepare o futuro sem que se observe o passado. O estudo da História se mostra, portanto, essencial para que esse novo movimento seja acertado.

A nova legislação processual diz-se inovadora e permeada de futurismos, que têm o condão de transformar a Justiça, tornando o Processo algo – por assim dizer – mais humano. Acontece que, de mãos dadas a esse futuro do Processo, há um passado recheado de institutos que buscaram os mesmos objetivos que este novo diploma almeja.

Em verdade, alguns institutos áureos do novo CPC, como os meios adequados de solução de conflitos (mediação, conciliação e arbitragem), já desbotavam nas práticas de deslinde em Portugal ainda no século XV.

Ainda, a importação da legislação lusa – e a sua aplicação imediata, sem questionamento ou, sequer, adaptação à realidade brasileira, avulta a seguinte questão: até que ponto há, em verdade, independência brasileira em relação à antiga Metrópole?

E mais: em que ponto da legislação processual pátria há, de fato, contornos genuinamente brasileiros?

¹ DIDIER JUNIOR., Fredie. “A Reconstrução da Teoria Geral do Processo”. In: DIDIER JUNIOR., Fredie (org.). *Reconstruindo a Teoria Geral do Processo*. Salvador: Jus Podivm, 2012, p. 15-45.

O presente trabalho, então, debruça sobre essas questões.

A proposta é de revisitar a História do Direito nacional, buscando desvelar o mito² sobre a legislação pátria ser, de fato, brasileira e descolada da matriz portuguesa. Não se quer, portanto, fazer uma história personalizada do passado, pautada na justificação da existência do Direito nacional tal como ele o é³, mas revelar que há uma forte conexão entre o direito luso-brasileiro (ainda colonial), o direito (que se diz) brasileiro e o direito contemporâneo. Ainda mais: encontrar se, de fato, há um momento de cisão entre o direito luso e o direito brasileiro.

Neste contexto, o estudo histórico precisa se dar em três contextos marcantes: de início, o período colonial, analisando as características de um direito plural e do nascente *animus* de codificação do direito português – que seria importado e aplicado nas colônias; depois, o Império, com a “modernidade” jurídica⁴ e o movimento pátrio de legislar seu próprio direito, com a “superação” do ranço lusitano; e, por fim, o período inicial da República brasileira, com abertura para a doutrina brasileira em vias de consolidação e para a atividade dos juristas nacionais, advindos das Escolas de Direito e da doutrina tupiniquim/jabuticaba (ou por assim dizer, de berço brasileiro).

A presente pesquisa não emprega a metodologia quantitativa para observar os momentos de aplicação do direito. Optou-se por fazer uma limitação temporal e espacial do

² Segundo Paolo Grossi, “o historiador, que por profissão é um relativizador e, conseqüentemente, um desmitificador, sente-se no dever de advertir o jurista que um nó como esse pode e deve ser desfeito, e que seu olhar deve ser liberado da lente vinculante colocada diante de seus olhos por duzentos anos de habilíssima propaganda”. [*“Lo storico, che è per mestier suo un relativizzatore e conseguentemente un demitizzatore, si sente in dovere di ammonire il giurista che un simile nodo può e deve essere sciolto, e che lo sguardo deve essere liberato dall’occhiale vincolante che duecento anni di abilissima propaganda gli hanno posto davanti agli occhi”*]. (GROSSI, Paolo. *Mitologie Giuridiche della Modernità*. Milano: Giuffrè, 2007, p. 4).

³ “A História expressa a complexa manifestação da experiência humana, interagida no bojo dos fatos, acontecimentos e instituições. O caráter mutável, imperfeito e relativo da experiência humana permite proceder múltiplas interpretações desta historicidade. Daí a formulação, ora de uma História oficial, descritiva e personalizada do passado, e que serve para justificar a totalidade do presente, ora da elaboração de uma história subjacente, alternativa e problematizante que serve para modificar/recrutar a realidade vigente.” (WOLKMER, Antônio Carlos. “Paradigmas, Historiografia Crítica e Direito Moderno”. *Revista da Faculdade de Direito da UFPR*, Curitiba, N.º. 28, p. 56, 1994/95).

⁴ “Reservada à parte introdutória dos textos de doutrina, de exegese, de dogmática, a história protagoniza uma ante-sala experimental, indicativa panglossiana de que o mundo caminha para o melhor dos mundos possíveis, concretizado nos excertos legislativos de nossos tempos”. (GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. *O Direito na História: uma Relação Equivocada*. Londrina: Humanidades, 2004, p. 5).

direito, a fim de procurar o exato momento do rompimento do cordão umbilical com Portugal no que tange o Processo Civil. Ademais, apostou-se na análise da legislação maranhense de 1911, no momento em que o federalismo à brasileira permitiu as codificações estaduais para o exercício da jurisdição, acreditando-se que, por ter sido uma das primeiras a serem feitas, além de contar com Godofredo Mendes Vianna como autor – um jurista brasileiro com destaque em doutrina processual à época, para esse momento de ruptura com a matriz portuguesa.

Em virtude disso, o Capítulo I é dedicado ao período colonial, perpassando a história do Brasil e do Estado do Maranhão, desde o descobrimento, até o grito do Ipiranga, com enfoque na legislação processual civil, concomitante ao desenrolar socioeconômico do período em tela.

O Capítulo II debruça-se sobre o período do Império. Desde o momento da independência, até a transição para a República, analisando a primeira Constituição brasileira – a carta constitucional de 1824 -, bem como os diplomas legais sobre matéria processual, como o Regulamento nº 737, que, por muito tempo, seguiu regendo a prestação jurisdicional brasileira.

Por fim, o Capítulo III analisa o período republicano impúbere. Procede-se com a análise da primeira constituição republicana brasileira e suas implicações para o Judiciário brasileiro – nomeadamente a competência legislativa em matéria processual, que foi delegada aos Estados, fazendo exsurgir três sistemas: a justiça federal, a justiça do Distrito Federal e as estaduais. Aqui se analisa o Código de Processo Civil e Comercial do Estado do Maranhão, obra do jurista maranhense Vianna, e suas inovações.

Ao final são apresentadas as considerações finais do trabalho.

1. HISTÓRIA E LEGISLAÇÃO: A RELAÇÃO “BRASIL X PORTUGAL” DO SÉCULO XV A XIX.

Ab initio mister é citar o descobrimento do Brasil pelos audaciosos portugueses da Escola de Sagres que, enquanto maior centro náutico do mundo à época, empreendeu viagens pelo globo em busca do novo.

A divisão da Terra entre portugueses e espanhóis através do Tratado de Tordesilhas em 1494 evidencia o *animus* dessas recém-nascidas nações. Assim, em 22 de abril de 1500, a *terra brasilis* é encontrada e deslancha o projeto português de colonizar a América.

De início a relação entre Brasil e Portugal é fundamentada na hierarquia: a Metrópole é quem determina o que se passa na Colônia, cabendo a esta última apenas executar os mandos da primeira. Assim, no que tange administração, política e jurisdição, ao Brasil cabia a perfeita execução dos moldes portugueses, adotando sua maneira de se organizar, bem como a legislação a ser aplicada.

“À semelhança do projeto de dominação de suas possessões mais antigas, Portugal estabeleceu com o Brasil relações coloniais de natureza essencialmente econômica. O Brasil foi encarado como uma empresa colonial cujo objetivo era a captação de riquezas, cerne do projeto de ocupação e povoamento litorâneo do Brasil nas primeiras décadas do século XVI; vilas e cidades surgiram nas áreas economicamente mais relevantes, e a Coroa portuguesa providenciou a instalação dos órgãos de sua burocracia administrativa, fiscal, alfandegária e de justiça, com a finalidade de aperfeiçoar o controle sobre a colonização.”⁵

Os primeiros empreendimentos portugueses aqui foram alojamentos, bases navais e feitorias⁶, servindo unicamente para as naus que chegavam e partiam. Com o estabelecimento do plano de colonizar o Brasil, esses pequenos agrupamentos foram organizando-se como cidades, aos moldes da administração municipal portuguesa: residências, igreja, alfândega e câmara – esta última entendida como o equivalente a uma prefeitura. A divisão territorial em capitanias hereditárias favoreceu a administração local, além da ocupação essencialmente

⁵ SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial, o Tribunal Superior da Bahia e seus Desembargadores, 1609-1751*. Tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 41 e ss.

⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil*. v. 1. 2. ed. São Paulo: Losada, 1947, 81.

rural, uma vez que o objetivo primeiro era a exploração do território, seja pela extração, seja pelo plantio, e não, necessariamente, pela ocupação político-administrativa. Portanto, o núcleo administrativo era local.

“A invocação do poder das comunidades locais na geração de um Direito próprio, em alguns aspectos distinto daquele do Reino, se fundava, à semelhança dos motivos que justificaram uma legislação especial para a América espanhola, na “lonjura dos espaços, com a capacidade de fuga que ela conferia e com o esbater das próprias situações jurídicas e consequente dificuldade da sua prova ou acerto”¹⁴⁶”; era uma consequência, portanto, do distanciamento da metrópole, que impossibilitava a repressão às práticas locais que inevitavelmente surgiam e se repetiam em desconformidade com o padrão metropolitano. Portanto, apesar de no período colonial não ser possível defender a existência de uma cultura jurídica brasileira¹⁴⁷, é possível tratar de um Direito próprio para o Brasil, em especial aquele referente à criação de soluções jurídicas locais, e decisões e entendimentos jurídicos decorrentes da interpretação do Direito vigente realizada pelos tribunais e juízes coloniais. A ordem jurídica contou com um componente prático construído consuetudinária e jurisprudencialmente pelo autopsenchimento dos espaços que o distanciamento em relação à metrópole tornou abertos.”⁷

A administração local das capitanias hereditárias dependia do donatário, o que era evidenciado nas cartas de doação, onde a investidura na terra acarretava, diretamente, na figura de “capitão-governador”, cabendo-lhe o exercício da jurisdição⁸ cível e criminal. Essa

⁷ HESPANHA, Antonio Manuel. “Porque é que Existe e em que é que Consiste um Direito Colonial Brasileiro”, *Quaderni Fiorentini per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno*. Milano, Vol. 35, T. I. 2006. p. 78-81.

⁸ Ainda que o foco do trabalho não seja a definição ou exaurimento de conceitos, é importante salientar o caráter levantado pela palavra *jurisdição* e como ela é entendida no corpo do texto. Adota-se, portanto, o seguinte conceito atual: “*Compreende-se na jurisdição uma trinca de poderes, quais sejam: de decisão, de coerção e de documentação. O primeiro consiste em conhecer os fatos narrados na causa, coligar os elementos de prova necessários à formação do convencimento jurídico do magistrado e, por fim, decidir, vale dizer, efetuar a entrega da prestação jurisdicional; esse poder de decisão, ínsito à jurisdição contemporânea, mantém grandes pontos de contato com a notio e a iudicio do direito romano. O segundo (coerção) se manifesta, preponderantemente, no processo de execução, e sua finalidade, em regra, é a de constranger o devedor a adimplir a obrigação contida no título executivo em que se calca a execução. Na execução, sob o aspecto axiológico, há preeminência do credor e sujeição do devedor. Mesmo aqui, o juiz pode realizar atividade típica de conhecimento, como quando interroga as partes, inquirir testemunhas (liquidação por artigos, embargos à execução). O terceiro (documentação) se origina da necessidade de serem representados por escrito os atos processuais – mesmo no processo eletrônico-, sabido que as palavras voam e os escritos permanecem (verba volant, scripta manent)*” (TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. *Cadernos de processo do trabalho*, v. 1. São Paulo: LTR, 2018, p. 13). Inafastável, ainda, o entendimento da *jurisdição* depreendido dos ensinamentos de Dinamarco, que define tal instituto como poder que o Estado detém para aplicar o direito a um caso concreto/determinado, com o objetivo de solucionar conflitos e, com isso, resguardar a ordem jurídica, a autoridade da lei e, por fim, a própria autoridade estatal (DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*, v. 1. ed. 4. São Paulo: Malheiros, 2004. p. 244-248).

jurisdição era baseada nas Ordenações e forais em vigência naquele momento⁹. Sendo assim, de plano, o que vigorou enquanto legislação no “recém-descoberto” Brasil foram as Ordenações Afonsinas, consolidadas em 1446 e em vigor a partir de 1448, vigendo até 1521. Devido ao lapso temporal de vigência, teve parca aplicação em terras brasileiras em razão da mora do processo de colonização. Em verdade, antes do estabelecimento legal de Portugal sobre as relações fático-jurídicas em terras brasileiras, existia uma espécie de *ius commune*, como um entendimento geral sobre o que era o Direito advindo da matriz romano-canônica que prevalecia nas nações soberanas à época.

“Isto significa que a diretriz que organiza o funcionamento do Direito neste momento histórico não é o princípio da unidade normativa, mas antes, o princípio oposto da primazia das normas particulares sobre as normas gerais; esta diretriz se manifestava em diversos níveis, seja para justificar a prevalência do Direito dos reinos sobre o Direito romano e da Igreja, seja para fundamentar a aplicação dos Direitos locais ou particulares (das cidades, das corporações, das ordens) em detrimento do Direito do reino – de modo que o Direito comum vigorava apenas no caso de inexistência do Direito próprio. O *ius commune* admitia que razões particulares exigissem a correção das normas gerais para atender às necessidades individuais; sua aplicação poderia ser excepcionada pela existência de Direito particular (de natureza territorial ou pessoal), vigorando o Direito comum apenas para os casos em que um Direito particular não o afastasse, tendo, assim, um papel subsidiário. Simultaneamente, o Direito real era politicamente superior aos Direitos emanados por poderes inferiores do Reino, consentindo, no entanto, a existência de Direitos locais sob o argumento do princípio da especialidade, sendo válida a ressalva de que a capacidade normativa dos corpos inferiores (*iura propria*) não podia ultrapassar o âmbito de seu autogoverno¹⁰.”

As Ordenações Afonsinas¹¹ surgiram, então, de uma necessidade de codificação de leis a fim de organizar o nascente estado português, com inspirações de direito canônico e de direito romano (entendidos, portanto, como o *ius commune*). Já os forais funcionavam como limitadores de poder desses “capitães-governadores”, uma vez que unificavam o tratamento de certos fatos cotidianos aos moldes do entendimento da Coroa. Ainda que, de plano, coubesse ao donatário o exercício da jurisdição, era o ouvidor da capitania que exercia, na prática, o papel de administrador, o que acabava lhe cabendo, também, algumas funções

⁹ SOUZA, Marcus Seixas. *Os precedentes na história do direito processual brasileiro: colônia e império*. Salvador, 2014. 196 p. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGD, Universidade Federal da Bahia, 2014. p. 51.

¹⁰ HESPANHA, Antonio Manuel. “*Porque é que Existe e em que é que Consiste um Direito Colonial Brasileiro*”, cit. p. 81-82.

¹¹ PORTUGAL. *Ordenações Afonsinas*. 5 vol. 1446. Disponível em <<http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/afonsinas/pagini.htm>>. Acesso em 28 fev. 2018.

jurisdicionais em decorrência na natureza orgânica que se consubstanciava no território da capitania hereditária. O capitão-governador, portanto, acabava por ser uma espécie de “segunda instância” ou, por assim dizer, uma “corte de apelo” dentro do microsistema que organizava aquele território.

Antes desse movimento pela codificação, todo o direito português era “foraleiro”, ou seja, baseava-se nessas determinações pontuais da Coroa para situações fáticas – os forais. As Ordenações surgiram, portanto, como uma tentativa de unir todo esse entendimento pontual, a fim de evitar conflitos que pudessem ser danosos à administração e à própria jurisdição.

“Por isto, não causa espanto que na segunda metade do século XVI, quando o projeto colonizador do Brasil tomou força, a prática jurídica em Portugal tivesse sido descrita como marcada pela “falta de segurança” e pela “incerteza dos julgamentos”, pelo “arrastar das questões” e pela “indisciplina das orientações existentes”, e até mesmo pela “confusão dos padrões de decisão nos tribunais”, consequência da incapacidade da doutrina em fornecer à prática e ao foro uma diretriz segura. A ciência jurídica medieval dos comentadores – que desde o século XIV procurava atualizar e sistematizar o Direito romano – cobrava em contrapartida o alto custo da promoção de um casuísmo “que ultrapassava os limites” de sua funcionalidade.¹²”

Ainda que seu conteúdo seja heterogêneo, há ali nas Afonsinas toda a produção legislativa desde d. Afonso II a d. João I. Essas primeiras Ordenações eram compostas por cinco livros: a) o Livro I tratou dos cargos da administração pública e da justiça; b) o Livro II, da relação entre o Estado e os demais componentes destes, como a Igreja, os donatários, a nobreza, os mouros e os judeus; c) o Livro III trouxe noções básicas sobre o processo civil (ou o exercício efetivo de jurisdição, cabendo, inclusive, sua aplicação na seara penal); d) o Livro IV, noções de Direito Civil, basicamente transplantadas do Direito Romano; e e) o Livro V, que trouxe noções de Direito Penal, com a definição de condutas criminosas e de suas penas (devendo o processo ser seguido aos moldes do Título III).

No que tange, especificamente, o Livro III, há a definição de conceitos básicos que norteiam todo o processo, sendo este denominado “processo civil”, mas a mesma lei determina que o mesmo rito seja seguido para as “acusações” (seara penal). É composto por

¹² HESPANHA, Antonio Manuel. *História das Instituições, Épocas Medieval e Moderna*, cit., p. 512-513.

cento e vinte e oito títulos, perpassando o nascedouro das ações até os recursos. Temos lá, por exemplo, as citações, no Título I¹³:

“[...]O primeiro é por carta: a este foi antigamente outorgado aos Regedores da Casa da Justiça em Nossa Corte, e na casa Civil, que ora está assentada em Lisboa, e ao Nosso Chanceller Mor, [...], mas que passam a poder usar-se do Porteiro. [...] O segundo modo de citar é por Porteiro[...], que não pode fazê-lo sem mandado de juiz. [...] O terceiro modo é por Tabelião. [...] E o quarto moto é por Editais. ”

O texto segue trazendo importantes conceitos no Título XX, como a definição daqueles que figuram no processo, bem como – ainda que vagamente – aquilo que deve contar como requisitos de petição inicial e conceitos basilares da relação processual¹⁴:

“[...] no dito juízo são necessárias três pessoas, o juiz, o autor e o réu; o autor para demandar, o réu para defender, e o juiz para julgar. E convém necessariamente a esse juiz de saber a coisa, ou a quantidade, sobre o que é movido a demanda, e bem assim a razão porque se move; cá sendo essas coisas declaradas na petição ao autor, ligeiramente poderá o réu ser informado em que maneira haverá de responder, e outro se o demandador saberá certamente o que há de provar. E para vir o juízo a bom desembargo, cumpre-se se necessário ao juiz preparar os autos necessários para a boa ordem de juízo, assim como libelo, contestação, juramento de calúnia, artigos direitos e contrários, depoimentos, e assim os outros atos preparatórios ao juízo em tal guisa, que quando o feito for finalmente concluso, seja o dito juiz assim informado da verdade, que justamente possa dar a sentença conforme a petição. E assim compete ao autor deliberar as coisas, antes que comece o feito, as quais lhe cumpre pelo seu vencimento; porque todo autor que queira acusar e demandar deve aconselhar com seus amigos e deliberar com sabedoria, e entendido que se é bem e de seu proveito fazer a demanda, ou acusação que quer fazer; e veja se tem tais provas de testemunhas, ou escrituras dos casos para que possa provar o que entende demandar[...]. E os juízes devem muito trabalhar por trazer às partes a concórdia, e não por necessidade, mas por honestidade [...], mas nos feitos de crimes, onde seja mostrado o crime, devem ser punidos e não ficarem sem pena. [...] E bem assim convém ao réu, quando citado for, ser bem diligente, a aparecer perante aquele que o mandar citar a termo que lhe for assinado para haver de aparecer perante ele, ou mandar Procurador; e quando não puder ir por si, nem mandar Procurador, deve mandar escusador, que o escuse porque não pode ir, nem Procurador mandar; cá em outra guisa ligeiramente poderia incorrer em perigo, por causa de sua revelia[...]. E primeiramente se o réu não é das pessoas que devem ser citadas ou a citação não foi bem ganhada, ou aquele que o citou não é das pessoas que o podem chamar, e citar a Corte, seja avisado que antes que responda à demanda principal ou razoe sobre ela, que decline do foro desse juiz perante o qual foi citado ou contra a pessoa que o citar. E se o juiz achar que está mal citado e em caso que não deveria ser citado, absolva o réu da citação e mande-o perante o juiz de seu foro, condenando o autor nas custas. [...]”

¹³ PORTUGAL. *Ordenações Afonsinas...*, p.2.

¹⁴ *Ibidem*, p. 75.

Há, ainda, a conceituação nas naturezas das ações¹⁵:

“[...] A natureza da ação e reconvenção é que ambas andem de igual passo e ambas sejam terminadas em uma sentença, mas que primeiro se responderá ao libelo do autor, e primeiro será contestado que o do réu, e por conseguinte em todos os outros atos judiciais: e tanto que for respondido ao libelo do autor, e contestado, logo se responderá ao libelo do réu, e assim em diante. E quando for dada a sentença definitiva, primeiro será julgada a ação do autor, e desde logo será julgada a reconvenção do réu, em tal guisa que a ação e reconvenção ambas sejam terminadas e julgadas em um tempo e uma sentença. [...] E dizemos que a reconvenção tem outra natureza, a saber se o réu durante a primeira demanda quiser demandar o autor, não poderá fazê-lo em outro juízo, se não perante aquele mesmo juiz perante o qual foi demandado; cá não parece ser justo que o autor, pendente a primeira demanda, houvesse de ser fadigado pelo réu em outro juízo, falso naquele onde já começou a litigar primeiramente. E mais: se o réu quiser demandar o autor perante aquele juiz em que foi demandado, não poderá tal juiz ser recusado pelo dito autor, pois ele já o escolheu por juiz na primeira demanda, não sendo razoável que o possa recusar por nenhuma guisa. [...]”

É evidente, portanto, que os conceitos processuais já tomavam corpo e sedimentam-se desde há muito. A compilação afonsina é, assim, a primeira tentativa de codificação de todo o direito português – e serve de base (e de texto) para toda a legislação que lhe sucede.

A figura dos juízes ainda não é bem delimitada, uma vez que há essa mescla de atividades administrativas e jurisdicionais dos donatários e ouvidores no Brasil.

Em 1521 passaram a vigorar as Ordenações Manuelinas¹⁶, fruto da elaboração do novo código proposto por d. Manuel I, que buscou a atualização e concisão do texto, além da retirada das normas revogadas. A Coroa também se valeu da nascente imprensa portuguesa para divulgar o Direito, além de efetivar o seu conhecimento nas colônias, que, agora, cresciam e demandavam administração efetiva e presença da política imperial¹⁷. Assim, as Manuelinas são, de fato, as que vigoraram nos primeiros tempos de Brasil¹⁸.

¹⁵ PORTUGAL. *Ordenações Afonsinas...*, p. 105.

¹⁶ *Idem*. *Ordenações Manuelinas*. 5 vol. Disponível em <<http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/manuelinas/>>. Acesso em 28 fev. 2018.

¹⁷ ANSELMO, António Joaquim. *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1926.

¹⁸ PACHECO, José da Silva. *Evolução do Processo Civil brasileiro*. São Paulo: Renovar, 1999. p. 42.

A estrutura das *Manuelinas* segue o mesmo modelo das anteriores: são cinco livros, sendo a) o Livro I, sobre a administração pública e organização da justiça; b) o Livro II, sobre a relação da Coroa e seus subordinados, com enfoque no clero e nobreza; c) o Livro III, sobre o processo civil, perpassando desde a origem do processo até a seara recursal, além de procedimentos especiais, como a questão de órfãos; d) o Livro IV, do Direito Civil e Comercial; e e) o Livro V, do Direito Penal, com definição de crimes e cominação de penas.

Quanto ao processo civil, o Livro III permanece com poucas modificações, mas avança em enunciados e conceituações. Por exemplo, o Título XXXVII, que versa sobre exceções dilatórias¹⁹:

“As exceções dilatórias são em três maneiras, uma que se põe contra o autor quando contra ele se alega que não é pessoa legítima para estar em juízo; ou contra o procurador que não tem suficiente procuração ou poder para ser procurador; ou contra a pessoa do juiz quando se recusado por suspeito. A outra resguarda a jurisdição do juiz quando o réu declina seu foro por Direito, ou privilégio especial, que lhe seja outorgado pela Coroa. A outra resguarda o processo e bem do feito quando o réu alega espaço à demanda, o qual lhe é outorgado por direito ou por graça especial da coroa. Ou alega espaço à dívida que é demandado, dizendo que não é chegado ou sob certa condição, que ainda não está cumprida ou outras alegações semelhantes. E todas essas exceções se hão de pôr e alegar antes da lide contestada: primeiramente se há de alegar a exceção que resguarda a pessoa do juiz; cá se o réu deixasse de alegar a exceção que resguarda a pessoa do juiz, sabendo que lhe era suspeito, porque bem parece consentir em sua pessoa, pois que sabendo que lhe era suspeito, alegou perante ele a exceção declinatória de foro. E, depois dessa exceção dilatória se haja de alegar antes da lide contestada, mas se aquele a que pertence alegar tal exceção não fosse dela sabedor, ou tal exceção lhe sobreviesse depois novamente, em tais casos como estes bem poderá ser posta e alegada depois da lide contestada”

Já o Título XXXVIII, sobre as exceções peremptórias²⁰:

“A exceção peremptória é chamada aquela que põe fim a todo o negócio principal e destas principalmente são três que embargam a contestação: convém a saber, sentença, transação e juramento, contanto que aquele que as alegue se ofereça para prova-las logo, convém a saber, até dez dias, sem se receber ao autor contrariedade alguma à dita exceção até o julgador ver a dita prova se nos ditos dez dias fizer. E vendo o julgador que a prova, assinará ao autor termo para contrariar e a parte poderá replicar, e ele treplicar, e dará lugar à prova a ambas as partes, assinando-lhe dilação conveniente, sem embargo da dilação que já foi assinada ao réu nos ditos dez dias. E

¹⁹ PORTUGAL. *Ordenações Manuelinas*. vol. 3. Disponível em <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/l3p123.htm>>. Acesso em 28 fev. 2018.

²⁰ *Ibidem*.

não as provando até o dito termo, não embargarão a contestação, mas sem embargo dela mandará o julgador ao réu que conteste a lide e procederá o feito em diante, ficando resguardado ao réu seu direito, para poder alegar a dita exceção peremptória ao diante[...]. Toda exceção peremptória de qualquer natureza e qualidade que seja se alegará quando o libelo for recebido e lide contestada[...]. E todo julgador perante quem se puser alguma exceção peremptória que não seja daquelas que podem embargar a contestação, não a receberá nem dará lugar à prova dela antes da dita contestação ser feita. Mas se o réu em sua exceção peremptória confessasse a ação do autor, em tal caso haverá o julgador a dita ação por provada pela dita confissão, e receberá a dita exceção se for posta em forma que seja de receber, e assim dará lugar à prova dela. E quanto às exceções prejudiciais, mandamos que acerca delas se guarde a disposição do Direito Comum. [...]”

E o Título XXXIX, que versa sobre a contestação da lide²¹:

“Tanto que o julgador julgar, que o libelo do autor procede, mandará o réu (sendo presente por si ou por seu procurador) que o conteste, assinando-lhe termo até a primeira audiência, em o qual termo o réu contestará negando, ou confessando diretamente a ação do autor, ou dizendo perfeitamente a verdade do feito com se passou, e não por cláusula geral, a qual é confessar o réu o que é por ele, e negar o que é contra ele. E estes modos de contestar bastam, e por qualquer modo deles que se dizer será a lide havida por contestada, e não contestando o réu por cada um dos ditos modos ao temor que por ele for assinado, ou processando-se o feito à sua revelia, o julgador conteste por ele por negação e vá pôr o feito em diante, assim como se a lide fosse pelo réu contestada. E se no tempo que o julgador manda ao réu que conteste ele disser que tem embargos a fazer, mande-lhe o julgador que os atente logo por palavra, e se forem daqueles que embargam a contestação, assine-lhe termo razoando a que venha com eles, e vindo com eles ao termo que lhe for assinado, se faça o feito conclusivo e pronuncie o julgador se são de receber ou não. E, achando que são de receber, proceda segundo o Título das exceções peremptórias.”

Por fim, um importante acréscimo feito à época foi a instituição de juízes árbitros (Títulos LXXXI e LXXXII), na seara dos chamados “juízes aluídros”²²:

“Posto que algumas partes comprometam em algum juiz, ou juízes árbitros, e se obriguem no compromisso estar por sua determinação e sentença, e que dela não possam apelas, nem agravar, e o que o contrário fazer pague à outra parte certa pena; e ainda que no compromisso diga que a paga a pena, ou não paga, fique sempre a sentença dos Aluídros firme e valiosa, poderá a parte que se sentir agravada, sem embargo de todo isto, apelar de sua sentença para os Sobrejuízes, sem pagar a dita pena; e se os Árbitros lhe denegarem apelação, façam dar aos juízes ordinários. Mas se os juízes da apelação confirmarem a sentença dos Árbitros de que for apelado, pagará o apelante ao vencedor a pena contida no compromisso. [...]”

²¹ PORTUGAL. *Ordenações Manuelinas*. vol. 3. Disponível em <<http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/manuelinas/l3p128.htm>>. Acesso em 28 fev. 2018.

²² *Ibidem*.

Há um importante incremento na organização judiciária desse período: é instalado o primeiro Tribunal da Relação do Brasil, na Bahia, em 1585. O Tribunal da Relação representa a segunda instância no ordenamento jurídico português. Os “Sobrejuizes” (Título XXXII) deveriam ser seis, divididos em três “audiências”, tendo como competência “desembargar todos os feitos”²³, conhecer de apelações e, inclusive, exercer a competência jurisdicional sobre os atos dos Governadores e Superiores Eclesiásticos²⁴.

Esse incremento na organização judiciária decorre, inclusive, do estabelecimento da figura do juiz, que passa a exercer a atividade jurisdicional, ainda que haja a atividade administrativa do ouvidor e que este último acabe por, também, decidir matérias casuísticas.

Em razão da união dinástica entre as monarquias de Portugal e Espanha, as Manuelinas não tardaram a serem substituídas. Por consequência da morte do jovem rei português d. Sebastião na batalha de Alcácer-Quibir em 1578 e da crise de sucessão ao trono, coroou-se Filipe II de Espanha como rei de Portugal, dando início ao período chamado de União Ibérica. Uma das atitudes do novo rei foi a reforma do código vigente, com sua atualização. Em verdade, o que houve foi uma renovação vocabular e a supressão do que já estava em desuso – principalmente um movimento de distanciamento do Direito Canônico e incorporação de ditames do Direito Romano²⁵, fruto da centralização do poder nas mãos do monarca e inclinação para o seu predomínio em relação aos ditames do clero. Ademais, foi uma manobra política do novo rei, que queria demonstrar respeito pelas tradições portuguesas e, ao mesmo tempo, demonstrar seu poder sobre Portugal.

As Ordenações Filipinas²⁶ – ou Código Filipino – foram escritas em 1595 e ratificadas em 1603, passando desta última data a vigorar em toda a União Ibérica, bem como sobre as

²³ PORTUGAL. Ordenações Manuelinas. vol. 3. Disponível em <<http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/manuelinas/11p215.htm>>. Acesso em 28 fev. 2018.

²⁴ *Ibidem*.

²⁵ *Ibidem*.

²⁶ *Idem*. Ordenações Filipinas. 5 vol. Disponível em <<<http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>>>. Acesso em 28 fev. 2018.

colônias. A sua sistematização segue o mesmo das anteriores, permanecendo a divisão em cinco livros: a) Livro I sobre a administração pública e da justiça, determinando as atribuições, direitos e deveres de magistrados e oficiais; b) Livro II regulava a relação entre Estado e Igreja; c) Livro III, o processo civil; d) Livro IV prescreveu o Direito Civil, predominantemente o direito das coisas, e Direito Comercial, com enfoque em contratos, testamentos e distribuição de terras; e e) Livro V com matéria penal.

Foi este Código que perdurou em Portugal até as codificações do século XIX e que, conseqüentemente, regeu o país enquanto esteve sob influência direta da Coroa portuguesa. Na seara cível, o Livro IV perdurou até a codificação encabeçada por Clóvis Beviláqua de 1916.

No que tange especificamente o processo civil, o Livro III se desenvolve em noventa e oito títulos. Estes seguem a mesma lógica das codificações anteriores: inicia com a explicação sobre as citações (Títulos I a XII); perpassa a ordem dos juízos (Título XIX); a formação regular da relação processual, com o libelo, exceções, contestação, reconvenção e dilações (Títulos XXXIII a LIII); a dilação probatória e os meios de prova (Títulos LIV a LXI); julgamento e sentença (Títulos LXIII a LXVII); recursos (Títulos LXV a XCV); e alguns institutos próprios das Ordenações, que são as assinaturas, espórtulas e cartas (Títulos XCVI a XCVIII).

Alguns institutos merecem especial atenção, como o desenvolvimento da ideia de citação e a importância da sua regularidade. Neste ponto da legislação portuguesa, já é evidente que a sua realização fora dos padrões legais acarretaria a nulidade do ato e, por consequência, do processo. Isso é esclarecido o Título I²⁷:

“Toda a citação deve ser feita de dia, em quando o Sol dura. E sendo feita antes que o Sol saia, ou depois que se puser, não valerá coisa alguma. A citação que é feita em dia feriado à honra e louvor de Deus para o citado responder em dia não feriado, não valerá, salvo onde o réu se quiser apresentar para outra parte, ou a ação do autor fosse de tal qualidade, que pareceria, se a citação não fosse feita naquele dia, porque em tal caso valerá a citação feita em dia feriado para responder no dia não feriado. E quando

²⁷ PORTUGAL. *Ordenações Filipinas*. Disponível em <<http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/filipinas/l3p563.htm>>. Acesso em 1 mar. 2018.

alguma pessoa for citada no lugar onde há de ser ouvido, ou em seu termo, e lhe for assinado certo termo, a que apareça ao qual o citado não aparecer, nem o que o fez citar, e depois de passado o termo vier o que citou, a juízo, para fazer apregoar o citado, e proceder contra ele, ou vier aparecer o citado para pedir que o absolvam da instância, seja a citação havida por *circumducta* e não procedam por ela. E quando for citado por carta fora do lugar e termo, onde há de ser ouvido, não será o termo *circumducto*, até serem passados vinte dias depois de ser assinado. E se casa uma das partes vier requerer sua justiça dentro nos termos que lhe foram assinados, será ouvida. [...]”

Outro importante avanço dentro das Filipinas é a mudança de paradigma em relação ao comportamento do magistrado, que deixa de figurar como figura exclusivamente passiva para, então, passar a ter, de certo modo, uma postura mais ativa dentro do processo. Isso é percebido em algumas passagens do Título XX²⁸:

“[...] Três pessoas são por direito necessárias em qualquer juízo: o juiz que julgue[...]. Ao juiz pertence o mandar fazer os atos necessários para boa ordem de juízo[...]. E no começo da demanda dirá o juiz à ambas as partes que antes que façam despesas e se sigam entre eles os ódios e dissensões se devem concordar e não gastar suas fazendas por seguirem suas vontades, porque o vencimento da causa sempre é duvidoso.[...] Oferecido o libelo na audiência, o juiz o mandará ler para ver se articula de certa quantia de frutos, rendimentos ou interesses; e não se articulando de certa quantia, não receba o libelo e mandará fazer a dita declaração, porque as sentenças devem ser dadas sobre coisa certa.[...]”

Quanto à presença dos juízes árbitros, estes permanecem (Títulos XVI e XVII), com a atualização da nomenclatura, suprimindo o termo “aluídro”, presente nas Ordenações Manuelinas.

No que tange à organização judiciária, há uma importante modificação trazida junto às Filipinas: a instalação de novos Tribunais da Relação pelo Brasil. Somaram-se ao Tribunal da Relação da Bahia o instalado no Rio de Janeiro (1734), Maranhão (1811) e Pernambuco (1821). A esses tribunais a competência era exclusivamente de direito comum (o que se entendia por direito civil, comercial e penal), cabendo ao clero as decisões sobre matrimônio e, aos militares, as causas de guerra e toda ordem militar.

²⁸ PORTUGAL. *Ordenações Filipinas...*, p. 564.

Assim, a organização judiciária brasileira ficou estabelecida: a justiça comum permanecia em âmbito municipal até certo ponto, com a figura dos magistrados/juízes consolidada na figura dos juízes ordinários (também chamados de juízes da terra), eleitos pelo povo com assistência dos donatários (inicialmente) e dos ouvidores; os juízes de fora, indicados pela Coroa, que funcionavam como juízes isentos e imparciais para dirimir conflitos pontuais, exercendo, muitas vezes, um papel político; a justiça eclesiástica, que cuidava dos matrimônios; e as justiças especiais, como a militar. E a segunda instância era exercida pelos Sobrejuízes, nos Tribunais da Relação, que tinham competência territorial determinada e regimentos internos próprios. Ademais, todos eram submetidos à Coroa, próprio do binômio metrópole-colônia.

1.1. O Maranhão dentro da História do Brasil do Século XV a XIX.

Essa parte da História é deveras controvertida, ainda mais no que tange o conhecimento do Maranhão e da fundação da cidade de São Luís – a capital. MÁRIO M. MEIRELES, em seu livro “História do Maranhão²⁹”, elucida:

“Ante o exposto, indaga-se: quem descobriu o Maranhão? O assunto é controvertido. Se verdadeira a viagem de João Coelho, possivelmente ele, em 1493, se até aqui não tivessem sido trazidos, no arrastão das correntes marítimas, Diego de Teive, em 1492, ou Gonçalo Fernandes Távira e João Vogado, em 1493. Se não, Alonso de Ojeda, com Juan de La Cosa e Américo Vespúcio, em 1497, quando alcançaram o estuário do Amazonas, ou ele com Juan e Vergara e García de Ocampo, em 1499, quando chegou até o Rio Grande do Norte.[...] Em qualquer hipótese, o Maranhão já era conhecido antes do pretendido descobrimento casual do Brasil por Pedro Álvares Cabral, a 22 de abril de 1500, pois em janeiro desse ano o espanhol Vicente Yáñez Pinzón descia a costa até Pernambuco, onde deu ao atual cabo de Santo Agostinho o nome de Santa María de la Consolación.[...] O que importa é que, conhecido ou não desde os tempos imemoriais, e reconhecido depois, ou descoberto por Diego de Teive ou João Coelho, por Duarte Pacheco ou Alonso de Ojeda, por Juan de La Cosa ou Américo Vespúcio, ou finalmente, por Pinzón, de cuja precedência sobre Cabral no Brasil não há dúvida, o Maranhão passou ainda todo o século XVI praticamente fora da história política de Portugal.”

²⁹ MEIRELES, Mário M. *História do Maranhão*. 3. ed. São Paulo: Siciliano, 2001, p. 21.

A divisão do território colonial em capitanias hereditárias fez com que as terras maranhenses fossem doadas a três portugueses: João de Barros, António Cardo de Barros e Fernão Álvares de Andrade, em meados de 1534, seguindo os limites do Tratado de Tordesilhas (1494), firmado entre portugueses e espanhóis para a divisão do globo segundo suas ânsias de conquistadores.

Em verdade é sabido que alguns portugueses aportaram nas terras maranhenses por fortuitos, como o capitão Aires da Cunha, segundo um foral de 11 de março de 1535, que naufragou próximo à costa e os sobreviventes por lá ficaram³⁰³¹. O interesse pela efetiva colonização da capitania hereditária só se deu pela ideia de alcançar os metais das colônias espanholas pelo Rio Amazonas, acreditando que os metais também poderiam estar pelas terras maranhenses em virtude da ligação entre os territórios pelo frondoso rio.

“A presença de espanhóis no litoral brasileiro não se consubstanciou em conquista, estavam mais preocupados com a acumulação de metais a partir do Peru. Coube aos portugueses e franceses as aventuras que, além da manutenção de algum contato, possibilitaram disputas pela posse, sendo o Maranhão exemplo disso.”³²

Entretanto, chegar às terras por mar era uma verdadeira chaga, em vista da violência das águas no litoral, nomeadamente o canal do Boqueirão, que naufragou a expedição de Aires da Cunha e de tantos outros que tentaram aportar. Então, passou-se a fazer expedições por terra, o que era moroso e deveras perigoso, em vista das comunidades indígenas (nomeadamente os Tapajós, Tabajaras, Tupinambás e Timbiras) e do próprio território, às vezes montanhoso, às vezes pantanoso. Os expedicionários, então, recuavam em vez de avançar sobre o Maranhão, satisfazendo-se com a captura de alguns indígenas para comércio nos locais já conhecidos.

O desinteresse para com as terras maranhenses de imediato culminou, então, na chegada da empreitada francesa ao “recém-nascido” Brasil. Francisco I de França, embasbacado com a ousadia portuguesa e espanhola de dividir o globo com chancela episcopal, procedeu com as

³⁰ MEIRELES, Mário M. *História do Maranhão...*, p. 24.

³¹ BOTELHO, Joan. *Conhecendo e debatendo a História do Maranhão*. 2 ed. São Luis: Fort Com. Gráfica e Editora, 2008. p. 14.

³² *Ibidem*, p. 13.

atividades náuticas francesas, que culminaram nos primeiros tempos de colonização do Canadá (1555), Antilhas, Guiana e, por fim, do Maranhão (1594).

“A expansão francesa na América foi construída em três direções: na América do Norte, os franceses fixaram-se na costa leste e através do rio São Lourenço penetraram no atual Canadá e fundaram Montreal. Em 1606 fundaram Quebec na região dos Grandes Lagos e ocuparam Louisiana, no vale do Mississipi. No Caribe ocuparam as ilhas de Martinica, Guadalupe, Tobago e São Domingos. Por fim, na América do Sul conquistaram parte da Guiana e tentaram ainda estabelecer domínios coloniais no Brasil, no Rio de Janeiro (França Antártica) e no Maranhão (França Equinocial), além de realizar atos de pirataria em parte do litoral brasileiro, mercadejando principalmente pau-brasil.”³³

As primeiras empreitadas francesas pelo litoral nordestino brasileiro datam 1524, com os capitães Guérard e Roussel, que frequentavam regularmente a área com objetivo de piratear mercadorias em saída para a Europa. A “França Equinocial”, como ficou conhecida a tentativa de colonização francesa em terras brasileiras, começou com a fundação da feitoria de Upaon-Açu, em 1594, pela chegada de três naus, sob comando dos capitães Jacques Rifault e Charles Des Vaux, que não demoraram muito e voltaram à França, na expectativa de angariar mais recursos (inclusive humanos) para concretizar o domínio da terra brava. Desembarcaram na Upaon-Açu por conta da violência do mar que, mais uma vez, fez vítimas – os franceses, que objetivavam a costa do Rio Grande do Norte, foram bem recebidos pelos tupinambás e se estabeleceram com relativa tranquilidade. Em 1610, o então rei Henrique IV, inspirado pelos relatos de Charles Des Vaux e daqueles outros que retornaram da primeira expedição, incumbiu o fidalgo Daniel de La Touche de acompanhá-los na empreitada da “França Equinocial”.

Em 1612 a viagem foi, finalmente, concretizada. Chegando às terras maranhenses, Des Vaux utilizou seus conhecimentos da primeira viagem e de sua relação com os nativos para permitir que os franceses aportassem, de novo, na Upaon-Açu. Atracados, então, procedeu-se com a realização da primeira missa, em 12 de agosto daquele ano. E, com a construção do primeiro forte, das residências e do Convento de São Francisco, solenemente fundou-se a

³³ BOTELHO, Joan. *Conhecendo e debatendo a História do Maranhão...*, p. 20.

colônia francesa, em 8 de setembro de 1612. A solenidade se completou com a colocação das armas de França junto à primeira cruz, em 1º de novembro daquele mesmo ano.

“Em 1612 será construída uma segunda ocupação em terras brasileiras. Desta vez mais ao norte, no Maranhão. A conquista foi motivada pela ausência luso-espanhola na costa norte, além disso, a boa posição geográfica da região em relação aos portos da Europa e o potencial econômico da região, além das disputas mercantilistas vislumbravam a instalação de um domínio colonial. A França Equinocial se estabelece entre 1612 e 1615, momento em que Portugal é dominado pela Espanha através da União Ibérica.”³⁴

A colonização francesa, com contornos cristãos muito evidentes, iniciou-se com a catequese dos índios, a fim de consolidar a parceria e amizade com estes, que estavam à margem da colônia portuguesa, assim como os poucos portugueses que já lá residiam. O trabalho se deu com intérpretes, que aprenderam rapidamente a língua local, e com os frades capuchinhos, que auxiliaram na “diplomacia”. Nos anos que se seguiram à fundação, paulatinamente foram chegando franceses direto de França, com *animus* de criar nova vida na Equinocial.

No tocante à produção local, os franceses empreitaram pelo interior em busca de ouro e metais, enquanto os escravos indígenas plantavam tabaco, mandioca, algodão e pimenta – inicialmente para suprir as necessidades locais e, depois, para envio à Europa. Investiram, depois, no plantio de cacau, a fim de enviá-lo à metrópole.

A notícia sobre a chegada dos franceses ao Maranhão chegou aos ouvidos de d. Diogo de Botelho, então governador-geral do Brasil, subordinado à coroa espanhola – em virtude da união de dinastias portuguesa e espanhola na União Ibérica –, ainda em 1604, com as primeiras naus e o contato com os índios e portugueses que por lá residiam. As informações foram enviadas à Corte de Madrid, que permaneceu silente até a intentona de Gaspar de Sousa enquanto governador do Brasil entre 1612 e 1617, que delegou a Jerônimo de Albuquerque o título de Capitão da Conquista e Descobrimento das Terras do Maranhão.

³⁴ BOTELHO, Joan. *Conhecendo e debatendo a História do Maranhão...*, p. 21.

Procedeu-se, então, com o período de reconquista do Maranhão, com o paulatino avanço ibérico sobre o território. O episódio mais marcante foi a Batalha de Guaxenduba, em 1613, que consolidou a vitória portuguesa e a consequente expulsão dos franceses do Maranhão em 1614, concluindo o processo de consolidação em 1616, com o estabelecimento de Jerônimo de Albuquerque como capitão-mor e herói daquela batalha³⁵. E, assim, sob o reinado de Felipe III de Espanha – então Felipe II de Portugal –, o Maranhão foi efetivamente incorporado à colônia lusitana³⁶. Isso significa dizer que, no plano do ordenamento jurídico, o Maranhão é inserido já dentro dos moldes das Ordenações Filipinas.

Entretanto, entre 1641 e 1644, São Luís – então capital do Estado do Maranhão – fora invadida por holandeses, que já figuravam pelo litoral da colônia com atividades de pirataria.

³⁵ “O Governador-Geral Gaspar de Sousa enviou ao Maranhão uma expedição comandada por Jerônimo de Albuquerque, objetivando expulsar os franceses do Maranhão. Em 15 de junho de 1614 ocorre um combate entre portugueses e franceses em Jericoacoara ou buraco das tartarugas, vencido pelos lusitanos. Posteriormente Alexandre de Moura consolidou o processo de expulsão. Em Guaxenduba, na região do Munim, os portugueses ergueram o Forte de Santa Maria e neste local ocorreu uma batalha entre franceses e luso-espanhóis (Batalha de Guaxenduba), vencida pelos países que formavam a União Ibérica. A vitória luso-espanhola foi inexplicável já que os franceses eram maioria e possuíam melhor infraestrutura de guerra (Jornada Milagrosa). Por outro lado, os reforços solicitados pelos franceses não chegaram a tempo. Soma-se a isso o desinteresse francês motivado por questões dinásticas envolvendo o casamento de Luís III e Ana d’Áustria. Derrotados, os franceses assinaram um armistício de paz, decidindo enviar embaixadores à Europa, transferindo assim a decisão da questão da propriedade da terra aos países contendores. O reino português não reconheceu o armistício e deu um ultimato para a retirada dos franceses num prazo de cinco meses. Assim, os franceses embarcam para a Europa depois de um fracassado projeto de conquista. O Maranhão seria incorporado ao domínio de Portugal, iniciando-se a colonização.” (BOTELHO, Joan, *Conhecendo e debatendo a História do Maranhão...*, p. 23)

³⁶ “A expulsão dos franceses do Maranhão em 1615 demonstrou que era necessária e urgente a intervenção da coroa na região norte dos domínios coloniais de Portugal. O processo de conquista e colonização da porção norte do Brasil era bastante tardia, pois em relação ao centro colonizador, entre Pernambuco e São Vicente, o atraso era de quase cem anos, já que a colonização portuguesa se iniciou em São Vicente em 1530, com a expedição colonizadora de Martim Afonso de Sousa. A primeira intervenção política exercida pelo reino no Maranhão deu-se no sentido de sua elevação à categoria de capitania, subordinada à metrópole portuguesa. Portugal nomeou como primeiros cargos administrativos o Capitão-mor, e, para auxiliá-lo, Auditor-geral, Sargento-mor, Capitães do mar e Capitães das entradas. Foram nomeados como capitães-mores: Jerônimo de Albuquerque, Antônio de Albuquerque, Antônio Muniz Barreiros Filho e Diogo da Costa Machado. A elevação do Maranhão à condição de capitania não resolveu a problemática da colonização, o que forçou o reino português a decidir, através de documentário régio, em 1618, sobre a criação do Estado Colonial do Maranhão, mas seu estabelecimento deu-se somente em 1621. Não era a primeira vez que Portugal dividia politicamente a administração colonial. Entre 1573 e 1578 o Brasil foi dividido entre um governo do norte, com capital na Bahia, e um governo do sul, com sede no Rio de Janeiro. Posteriormente outra experiência foi aplicada no Brasil: ao sul, entre 1608 e 1612, como decorrência das informações sobre descobertas auríferas, já se criara um novo governo separado, a chamada ‘repartição do sul’.” (Ibidem, p. 24.)

Maurício de Nassau³⁷, que já ocupava Pernambuco, conquistou São Luís com sua tropa comandada por Pieter Bas. Aos poucos os holandeses fizeram incursões ao interior, a fim de dominar as lavouras e levar consigo seus produtos – nomeadamente o açúcar, que já era plantado desde 1620 com a chegada de famílias açoreanas e a expertise do plantio da cana.

Entretanto Portugal correspondeu ao ataque holandês de prontidão. O comandante Teixeira de Melo organizou a retomada do interior, forçando os holandeses a retornarem à ilha de São Luís. Sob o sistema de guerrilhas e terra arrasada, com incêndios das lavouras, Teixeira de Melo encurralou os holandeses na capital, logrando a expulsão dos mesmos, despachando-os para fora do território e causando reflexos em Pernambuco, onde também se organizou a retomada do território colonial.

Com o restabelecimento, novamente, da autoridade portuguesa, o território brasileiro foi dividido de acordo com os novos interesses da Coroa: uma administração centralizada era mais interessante que a divisão por capitanias hereditárias, que só enfraqueciam a administração colonial e permitiam a intromissão de estrangeiros. Assim, em 25 de agosto de 1654, criou-se o Estado do Maranhão e Grão-Pará, com a capital em São Luís, com território do Piauí também anexado à administração. Com problemas de administração, epidemia de sarampo e perda de poderio econômico, o Maranhão perdeu prestígio na colônia³⁸ e a capital foi transferida para o Estado do Grão-Pará, para a cidade de Belém, que passou a ter grande circulação de riquezas vindas do interior, com a descoberta de ouro em minas ao longo do Rio Tapajós e da possibilidade de escoar a produção pelo Rio Amazonas, principalmente do que

³⁷ “*Há notícias que, desde 1637, já havia proposta na Câmara holandesa sobre a ocupação desse território. Além do caráter colonialista, pretendiam, os flamengos a conquista de engenhos existentes nas regiões do Itapecuru e Mearim. Embora distante da produção pernambucana, o Maranhão possuía aproximadamente cinco engenhos de açúcar, produto que se firmava como um dos principais, no âmbito agrícola deste estado, embora não possuísse o mesmo respaldo que a coleta das drogas do sertão. [...] O domínio holandês sobre o Maranhão foi curto (1641-1644). Desde 1642, o conde Nassau enfrentava dificuldades para manter as conquistas, pois faltavam víveres, soldados e munição e até as tropas deixaram de receber soldos.*” (Ibdem, p. 32-33)

³⁸ “*Matias de Albuquerque informa ao reino sobre o rendimento das capitanias do Maranhão, Pará e Ceará, em 1628, que ‘de presente não rendem nada a S. M. coisa alguma antes, S. M. lhe tem consignado por ano a cada uma delas o seguinte: Maranhão – 9.706\$920, Ceará – 6.013\$920, Pará – 7.134\$000’.*” (VIVEIROS, Jerônimo de. *História do Comércio do Maranhão*. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1964. p. 17)

era extraído dos atuais Mato-Grosso e Goiás. A “capitania subalterna” não mais representava o Estado. Assim, este foi renomeado para Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Em 1750, com a ascensão de d. José I ao trono português e das ideias iluministas, o despotismo esclarecido trouxe reflexos à realidade maranhense. O primeiro-ministro Marquês de Pombal inaugurou uma nova administração na colônia, buscando equacionar os problemas dos territórios de acordo com suas necessidades locais – criando governos locais subordinados aos mandos da capital -, combatendo os resquícios de prestígio da nobreza e do clero, buscando fortalecer a Coroa e a monarquia hereditária.

No que tange à economia maranhense, o período pombalino foi de forte incentivo do comércio e das lavouras. Ademais, houve a criação da auspiciosa Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 7 de agosto de 1755, com a ideia basilar de exploração do comércio de importação da mão de obra escrava negra³⁹. A Companhia, com ares empresariais, gozava de benefícios fiscais, políticos e judiciais. O período de apogeu da Companhia coincidiu historicamente com o período de independência das colônias inglesas, o que fez surgir para os comerciantes maranhenses uma oportunidade única de ascender a mercados dantes distantes, como foi o caso da Inglaterra, que passou a consumir algodão, madeira, fumo, café, seda e âmbar maranhenses.

Politicamente, houve o desmembramento do Estado – feita em 1772 e efetivando em 1775 -, passando a existir o Estado do Maranhão (aglutinando os territórios do Maranhão e Piauí) separado do Estado do Grão-Pará, que permitiu uma administração centralizada e forte,

³⁹ “Em 1755 a inexpressividade da economia maranhense começa a ser superada com a implantação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que impulsionou a economia da região. Foi criada com um capital de 455:600\$00, cujos investidores eram altos funcionários, grandes comerciantes, nobres, militares e magistrados, gente de capital. A Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão forneceu aos lavradores a possibilidade de crescimento econômico ao introduzir na região escravos, ferramentas, mantimentos e capital de custeio. Nos vinte anos de sua existência retirou o Maranhão da inexpressividade, tornando este Estado o mais próspero do final do século XVIII. A Companhia introduziu navios na região, aplicando-os no tráfico negreiro, introduziu ferramentas, aplicou capitais, fomentou a economia. Investiu maciçamente na “plantation” algodoeira, na introdução do arroz de Carolina, investiu em algumas drogas do sertão e dinamizou o comércio através das exportações.” (BOTELHO, Joan. *Conhecendo e debatendo a História do Maranhão...*, p. 58).

além de melhoramentos na defesa militar. Incentivou-se a emancipação indígena, introduziu-se a escravidão negra e o comércio e indústrias extrativistas.

Quanto à emancipação indígena, vale frisar a importância desse processo para a realidade maranhense. Em verdade, a mão de obra indígena não era rentável: o alto preço da captura e a não correspondência dos indígenas às expectativas dos senhores convenceu a troca pela mão de obra escrava africana, que não exigia muito financeiramente e o escambo era suficiente para pagar pela mercadoria. Não foi o altruísmo. Ademais, o mercado consumidor das lavouras maranhenses e dos arredores era vasto: não havia dúvidas da grande margem de lucro. O processo que se iniciou com o alvará de 7 de junho de 1755 – pouco antes da criação da Companhia e do fervor do comércio de mão de obra escrava negra –, que libertou os indígenas e sua descendência da escravidão no Estado⁴⁰; e se deu por completo com o refúgio destes no “sertão”: o índio se refugiou em precárias condições, à mercê de toda a governança portuguesa e relutante em qualquer contato ou amizade com o “branco”, isolando-se em suas comunidades. Deste processo há resquícios até hoje: a questão indígena no interior do Estado do Maranhão é forte e pulsante, sendo constantes os confrontos de interesse – e, até mesmo, físicos entre os moradores da cidade e os povos remanescentes.

Em 1777 o Maranhão viu a instalação da primeira Junta de Justiça, composta por um ouvidor (como relator), um juiz de fora e dois vogais, que passou a julgar matéria essencialmente comercial – uma vez que o Estado vivia franca expansão econômica e funcionava como polo comercial da região, consubstanciado no sucesso do comércio de escravos negros e das transações da Companhia Geral de Comércio. Tamanha seria a importância do Estado que fora instalado em 4 de novembro de 1813 o Tribunal da Relação

⁴⁰ “O governo português, pelo ‘diretório de Pombal’ de 1757, proibiu a escravidão do índio, o que possibilitou a dinâmica da escravidão negra, monopólio que era da Companhia. Chegavam regularmente escravos de Cacheu, Bissau e Angola no porto de São Luís para o trabalho na agricultura e, sobretudo, na cultura do arroz e do algodão. O Maranhão recebeu, na segunda metade do século XVIII, um grande contingente de escravos africanos. Esses escravos seriam utilizados como força de trabalho nas culturas do algodão e do arroz, passando a haver, portanto, uma grande população negra. A percentagem de negros na população maranhense na época é tão elevada que se afirmava que ‘o algodão, que era branco, tornou-se negro’. Pelos idos de 1779 o Maranhão possuía 31.722 pretos e 18.573 mulatos, sendo 12.000 peças introduzidas pela Companhia e cerca de 5.000 até o final do século XVIII. Em 1800 a população escrava era de 35.000 e 48.000 entre 1801 e 1820.” (BOTELHO, Joan, *Conhecendo e debatendo a História do Maranhão...*, p. 68).

do Maranhão, com jurisdição sobre as comarcas do Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e Rio Negro, sendo presidido pelo governador e capitão-geral Paulo José de Silva Gama. A matéria decidida pelo tribunal permaneceu sendo, fundamentalmente, comercial.

A criação do Tribunal da Relação do Maranhão é concomitante ao período de elevação do Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, com a vinda da Família Real e a definição territorial que viria a ser o país após a independência. Da agitação causada pela vinda da Coroa portuguesa, houve como consequência para o Maranhão uma nova organização administrativa com investimentos de infraestrutura concentrada na capital a fim de dar ares mais aristocráticos ao Estado – movimento este que viria a se consubstanciar no sentimento de patriotismo e na adesão do Maranhão à Independência do Brasil.

2. DE IMPÉRIO A REPÚBLICA.

Com a independência, o Brasil teve a oportunidade de estruturar-se per si, com a criação de uma administração condizente com as suas exigências espaciais e uma jurisdição de igual monta. A emancipação política foi acompanhada do dever de, desde logo, assentar os fundamentos legais da atividade jurídica⁴¹, que se consolidou com a instalação da Assembleia Constituinte em 3 de maio de 1823.

Uma primeira ação tomada por essa Assembleia foi a promulgação da lei de 20 de outubro de 1823⁴², que decretou:

“A Assembléa Geral Constituinte e Legislativa do Imperio do Brazil Decreta:

Art. 1º As Ordenações, Leis, Regimentos, Alvarás, Decretos, e Resoluções promulgadas pelos Reis de Portugal, e pelas quaes o Brazil se governava até o dia 25 de Abril de 1821, em que Sua Magestade Fidelissima, actual Rei de Portugal, e Algarves, se ausentou desta Côrte; e todas as que foram promulgadas daquella data em diante pelo Senhor D. Pedro de Alcantara, como Regente do Brazil, em quanto Reino, e como Imperador Constitucional delle, desde que se erigiu em Imperio, ficam em inteiro vigor na pare, em que não tiverem sido revogadas, para por ellas se regularem os negocios do interior deste Imperio, emquanto se não organizar um novo Codigo, ou não forem especialmente alteradas.

Art. 2º Todos os Decretos publicados pelas Côrtes de Portugal, que vão especificados na Tabella junta, ficam igualemnte valiosos, emquanto não forem expressamente revogados. Paço da Assembléa em 27 de Setembro de 1823.”

Consequência dessa determinação legal foi a perpetuação das Ordenações Filipinas enquanto norma a ser seguida pelo Brasil. De plano, isso significa dizer que o Livro III das Ordenações permaneceu sendo o direito processual civil vigente.

Com a carta constitucional brasileira de 1824, o país passou a adotar a divisão de poderes, conhecendo, portanto, a estrutura do Judiciário pela primeira vez em sua história. O

⁴¹ COSTA, Moacir Lobo da. *Breve notícia histórica do direito processual civil brasileiro e de sua literatura*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1970. p. 1.

⁴² BRASIL. LEI DE 20 DE OUTUBRO DE 1823. *Declara em vigor a legislação pela qual se regia o Brazil até 25 de Abril de 1821 e bem assim as leis promulgadas pelo Senhor D. Pedro, como Regente e Imperador daquella data em diante, e os decretos das Cortes Portuguezas que são especificados*. Rio de Janeiro, 1823. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/antioresa1824/lei-40951-20-outubro-1823-574564-publicacaooriginal-97677-pe.html>. Acesso em 2 mar. 2018.

Título III da referida constituição, em seu art. 10 diz que “os poderes políticos reconhecidos pela constituição do império do Brasil são quatro: Poder Legislativo, Poder Moderador, Poder Executivo e Poder Judicial.”⁴³ O então Poder Judicial era composto por juízes e jurados, que tinha a função de aplicar a lei e pronunciar sobre o fato, respectivamente. Essa estrutura tinha lugar tanto na seara cível quanto criminal – que, agora, passava a ser dividida e culminou na criação do Código de Processo Criminal, em 1832.

O Título VI da carta política foi o responsável pela organização do nascente poder. Os juízes eram perpétuos, mas poderiam ser removidos e, até mesmo, suspensos de suas funções, desde que por determinação do Imperador, ouvido o Conselho de Estado. Havia a responsabilização dos juízes e oficiais de justiça naquilo que se caracterizasse como abuso de poder e prevaricação ocorridos no exercício de suas funções, assim como por suborno, peita, peculato e concussão – processados mediante ação popular. Outrossim, para julgar as causas em segunda e última instância haveria nas Províncias (equivalente à figura dos Estados) os Tribunais da Relação⁴⁴ – que anteriormente eram de número reduzido e exerciam competência territorial sobre grandes parcelas do território nacional. Somado a isso, permaneceu a figura do juiz árbitro, assim como a autoridade de sua sentença. Ademais, o juízo conciliatório, marcado pelas Ordenações como uma fala inicial do juiz para que as partes sopesassem a efetividade do processo para a solução do litígio, passou a ser pressuposto essencial para o processo – ou seja, não se daria lugar ao processo sem que antes se tentasse a conciliação a ser feita perante um juiz de paz⁴⁵.

Passou a compor a organização judiciária brasileira o Supremo Tribunal de Justiça, que teve como competências atribuídas “conceder e denegar revistas nas causas e pela maneira que a lei determinar; conhecer dos delitos e erros de ofício que cometerem os seus ministros,

⁴³ BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824*. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em 2 mar. 2018.

⁴⁴ A nomenclatura portuguesa permaneceu, assim como a competência recursal daqueles tribunais, conforme o texto constitucional imperial assevera: “Art. 158. Para julgar as causas em segunda, e última instância haverá nas Províncias do Império as Relações, que forem necessárias para comodidade dos Povos.”

⁴⁵ Importante trazer a literalidade da referida norma constitucional imperial: “Art. 161. Sem se fazer constar, que se tem tentado o meio da reconciliação, não se começará Processo algum.”

os das Relações, os empregados no corpo diplomático e os presidentes das Províncias; conhecer e decidir sobre os conflitos de jurisdição”⁴⁶ – conforme o art. 163 da Constituição imperial.

“Além disto, a teoria política e constitucional do século XIX pretendia afastar tribunais e juízes de carreira das questões políticas, rompendo a tradição do Antigo Regime, na qual questões desta natureza eram frequentemente judicializadas. Sob o novo regime os juízes não deveriam arbitrar as disputas entre os interesses gerais (fins coletivos) a serem atingidos, mas apenas os conflitos comutativos, fossem entre particulares ou entre estes e o Estado.”⁴⁷

O artigo seguinte ao supracitado traz em seu bojo a abertura para que o Supremo Tribunal de Justiça tivesse suas atribuições definidas em lei, o que aconteceu através da lei de 18 de setembro de 1828.⁴⁸

Esse Tribunal era composto por dezessete juízes, advindos dos Tribunais da Relação por critério de antiguidade, passando pela aprovação do Conselho de Estado⁴⁹. A referida lei explicitou o que já fora trazido em sede constitucional e discorreu sobre o recurso de revista, a ser interposto para o Tribunal, além de questões regimentais, como prazos, ordem de juízo e procedimentos.

O estabelecimento de uma organização judiciária, entretanto, não foi precedido ou

⁴⁶ BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824*. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em 2 mar. 2018.

⁴⁷ SLEMIAN, Andréa. “O Supremo Tribunal de Justiça nos Primórdios do Império do Brasil (1828-1841)”. In: LOPES, José Reinaldo de Lima (org.). *O Supremo Tribunal de Justiça do Império (1828-1889)*. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 26-27, 49.

⁴⁸ BRASIL. LEI DE 18 DE SETEMBRO DE 1828. *Crêa o Supremo Tribunal de Justiça e declara suas atribuições*. Rio de Janeiro, 1828. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38214-18-setembro-1828-566202-publicacaooriginal-89822-pl.html>. Acesso em 2 mar. 2018.

⁴⁹ “Art. 142. Os Conselheiros serão ouvidos em todos os negocios graves, e medidas geraes da publica Administração; principalmente sobre a declaração da Guerra, ajustes de paz, negociações com as Nações Estrangeiras, assim como em todas as ocasiões, em que o Imperador se proponha exercer qualquer das attribuições proprias do Poder Moderador, indicadas no Art. 101, á excepção da VI”. Assim, o Poder Judiciário (ou Judicial, como era chamado) fora concebido para cuidar da jurisdição ordinária/comum, especialmente questões de direito privado, pois o Conselho de Estado se ocuparia dos “negócios graves, e medidas gerais da pública administração”. Evidente é, portanto, a intenção de afastar a magistratura da esfera política e de retirar-lhe prerrogativas consideradas como de competência do Poder Legislativo, uma tendência comum do século XIX advinda da obra político-jurídica da Ilustração e da Revolução Francesa.

seguido de uma reforma na legislação processual, de tal forma que as Ordenações foram mantidas até, pelo menos, o ano de 1830, quando foi promulgado o Código de Processo Criminal⁵⁰. Esse Código trouxe a renovação da área penal no Brasil, com uma parte geral trazendo novas definições de crime e de pena, derrubando por terra o Livro V das Ordenações Filipinas, que não condizia mais com a realidade oitocentista.

Entretanto a novidade legislativa em direito material ainda seguia sendo aplicada segundo o Livro III das Filipinas, uma vez que o processo civil ainda era o procedimento utilizado no ordenamento jurídico para a composição dos litígios em sede de julgamento. Assim, a inovação legislativa penal ficava comprometida pela rigidez e obsolescência das normas processuais.

Por isso, foi promulgada a lei de 29 de novembro de 1832⁵¹ introduzindo a Disposição Transitória ao Código de Processo Criminal, revogando do ordenamento toda norma que contrariasse o disposto como novel diploma processual na seara civil, como dispunha o art. 27 da lei⁵².

Ademais, até 1837, as decisões prolatadas por juízes portugueses sobre recursos interpostos contra autoridades judiciais brasileiras ainda vigoravam. Somente com a lei de 28 de setembro de 1837⁵³ que a autoridade da coisa julgada brasileira se consolidou, eivando de nulidade aquelas prolatadas pelos magistrados portugueses concomitantemente à proclamação da independência.

Seguindo a lógica das inovações em direito processual serem precedidas de mudanças

⁵⁰ BRASIL. LEI DE 16 DE DEZEMBRO DE 1830. *Manda executar o Código Criminal*. Rio de Janeiro, 1830. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acesso em 2 mar. 2018.

⁵¹ *Idem*. LEI DE 29 DE NOVEMBRO DE 1832. *Promulga o Código do Processo Criminal de primeira instância com disposição provisória acerca da administração da Justiça Civil*. Rio de Janeiro, 1832. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-29-11-1832.htm>. Acesso em 2 mar. 2018.

⁵² Conforme o texto legal do referido diploma: “Art. 27. *Ficam revogadas todas as Leis, Alvarás, Decretos, e mais disposições em contrário.*”

⁵³ *Idem*. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1861. p. 40-44.

legislativas em direito material, o próximo passo do direito processual brasileiro foi dado com a promulgação do Código Comercial, em 1850.

Com a abertura dos portos brasileiros às nações amigas pela chegada da família real portuguesa ao Brasil, as atividades mercantis cresceram exponencialmente, como no caso do Maranhão, que viveu franca expansão de sua economia com o comércio – cristalizado pela criação da citada Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. A disciplina legal, nesse começo, era bastante confusa. Com o processo de independência e o crescimento econômico nacional, a criação da legislação comercial avultava, a fim de dar segurança jurídica aos feitos comerciais e a aproximação do país à legislação internacional na área, permitindo que os investimentos estrangeiros, de fato, fossem feitos no país.

Em 25 de junho de 1850, pela lei nº 556, promulgou-se o Código Comercial brasileiro. A legislação foi baseada nos códigos português, espanhol e francês e trouxe, ao final, o Título Único, dispondo sobre tribunais, juízos e ordem do juízo para as causas comerciais, disposto em 30 artigos. Do art. 1º a 21, “Dos Tribunais e Juízos Comerciais”; do art. 22 a 30, “Da Ordem do Juízo nas Causas Comerciais”.⁵⁴

O art. 27 do referido título da lei dispôs expressamente a necessidade de criação de instrumento normativo capaz de dar boa execução ao direito comercial nascente:

Art. 27 - O Governo, além dos Regulamentos e Instruções da sua competência para a boa execução do Código Comercial, é autorizado para, em um Regulamento adequado, determinar a ordem do Juízo no processo comercial; e particularmente para a execução do segundo período do artigo 1º e artigo 8º, tendo em vista as disposições deste Título e as do Código Comercial: e outro sim para estabelecer as regras e formalidades que devem seguir-se nos embargos de bens, e na detenção pessoal do devedor que deixa de pagar dívida comercial.

O instrumento normativo que satisfaz o exigido foram os Regulamentos nº 737 e 738, de 25 de novembro de 1850. O primeiro foi responsável por disciplinar o processo das causas comerciais e, por isso, acabou por tornar-se a legislação aplicada, também, para as causas

⁵⁴ BRASIL. LEI Nº 556 DE 25 DE JUNHO DE 1850. *Código Comercial*. Rio de Janeiro, 1850. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0556-1850.htm>. Acesso em 05 mar. 2018.

cíveis.

O Regulamento nº 737⁵⁵ foi uma resposta genuinamente brasileira aos ditames das Ordenações, superando o formalismo exacerbado e a mora, características próprias do ordenamento português. Em contrapartida, foi criticado por ser superficial e eivado de vícios científicos próprios da falta de cultura jurídica brasileira⁵⁶. Ou seja, ao mesmo passo em que o legislador brasileiro tentou introduzir um modelo brasileiro de processo, esbarrou na herança portuguesa latente, que dominava a própria estrutura judiciária e a *práxis* dos tribunais. Entretanto vale ressaltar que os princípios norteadores de uma cultura processual consolidada só foram cristalizados em codificações ao final do século XIX, começando com o Código de Processo italiano de 1865 e, paulatinamente, alcançando França e Portugal – que são inspirações para o legislador brasileiro na transição entre os séculos XIX e XX⁵⁷.

Buscando superar os vícios à época do Regulamento – bem como as pequenas corrupções do sistema que, diariamente, tornavam a *práxis* judiciária disforme – e assumir as teses legislativas que se desenvolviam com a cultura jurídica em consolidação no país, o governo imperial incumbiu Antonio Joaquim Ribas a escrever uma síntese do conhecimento de direito processual civil à época, aliando tradição, inovação, peculiaridades da realidade brasileira e entendimentos consolidados da Academia jurídica – bebendo da fonte da onda de reformas europeias supracitadas encabeçadas pelos italianos. Em cumprimento à lei nº 2.033 de 30 de setembro de 1871⁵⁸ e da Resolução de 28 de dezembro de 1876, o trabalho de Joaquim Ribas consolidou-se enquanto codificação processual e vinculou o Poder Judiciário pátrio, ao lado do Regulamento nº 737.

⁵⁵ BRASIL. DECRETO Nº 737 DE 25 DE NOVEMBRO DE 1850. *Determina a ordem do Juízo no Processo Criminal*. Rio de Janeiro, 1850. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DIM/DIM737.htm>. Acesso em 05 mar. 2018.

⁵⁶ Alcides Mendonça Lima questiona o mérito da lei enquanto diploma processual civil; Pontes de Miranda considera o Regulamento um “decreto defeituoso, mal concebido, fácil, por superficial e eivado de graves fugidias às mais sérias dificuldades científicas”; e José Frederico Marques, que “é um atestado da falta de cultura jurídica da época em que foi elaborado” (COSTA, Moacyr Lobo da. Op cit. p. 32)

⁵⁷ COSTA, *Breve notícia histórica do direito processual civil brasileiro e de sua literatura...*, p. 33.

⁵⁸ BRASIL. LEI Nº 2.033 DE 30 DE SETEMBRO DE 1871. *Altera diferentes disposições da Legislação Judiciária*. Rio de Janeiro, 1871. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM2033.htm>. Acesso em 05 mar. 2018.

Com a chegada das ideias liberais e desse engrandecimento brasileiro em questões jurídico-administrativas, a monarquia passou a não ser mais interessante para o país. Havia um claro movimento de renovação administrativa capitaneado pela Câmara dos Deputados que, à época, tentou um programa de reformas políticas voltadas para a maior autonomia das Províncias, incremento do poder do voto e a redução de prerrogativas do Conselho de Estado. Ademais, o insucesso da pauta econômico-social da monarquia brasileira era evidente: a Guerra do Paraguai causou profundos impactos financeiros; a abolição tardia da escravatura fez com que a casta dos fazendeiros se rebelasse contra a monarquia, que não arcou com as indenizações em favor dos proprietários de escravos; o clero objetou a monarquia; os militares ganharam força e respaldo social com seu sucesso na Guerra do Paraguai. A Coroa, envelhecida e incapaz de reverter o quadro de colapso, sucumbiu.

O Maranhão acompanhou as ideias liberais e endossou o movimento pró-república, mas há uma particularidade na história maranhense. Não havia expressiva presença do republicanismo na Upaon-Açu. Em verdade, o Partido Conservador do Maranhão foi o responsável por encampar os ideais federalistas⁵⁹, não por concordância ideológica, mas por desinteresse em manter o regime monárquico depois da abolição da escravatura – que tanto rendia aos fazendeiros e engenhos. O golpe da pena que tirou a propriedade dos escravos também extirpou o apoio à monarquia.

Entretanto, a transição para o regime republicano não foi tranquila, sendo marcada por uma grande instabilidade política, com sucedâneas substituições na Junta Provisória de governo até a promulgação da Constituição do Estado do Maranhão de 1892 e a vitória de Manuel Inácio Belfort Vieira para Governador do Estado⁶⁰.

2.1. O incremento legislativo em matéria processual.

⁵⁹ MEIRELES, M. M. *História do Maranhão...*, p. 268.

⁶⁰ *Ibidem.* p. 285. GODOIS, Antonio Baptista Barbosa de Godois. *História do Maranhão*. vol. 2. São Luis: Typ de Ramos D'Almada, 1904.

A inovação legislativa em seara processual durante o período monárquico se dá com a promulgação da lei de 29 de novembro de 1832, já citada. O art. 27 do Título Único do referido diploma legal faz cair por terra toda a legislação em oposição ao que fora inovado por ele. Assim, tem-se o pontapé inicial para a nacionalização do direito processual no Brasil.

Em verdade, a lei de 29 de novembro de 1832 promulgou o Código de Processo Criminal e incluiu a disposição sobre a justiça cível no bojo do seu texto. Tem-se, então, o início da legislação sobre a administração da justiça cível condizente com a realidade brasileira, o que é fundamental para a própria independência do país “porque o processo, na verdade, embora se apresente como instrumento para a atuação do direito material, deita suas raízes no âmago da nacionalidade⁶¹”. Pode-se afirmar, assim, que a história processual brasileira tem início com esse diploma legal.

Devida a importância, fundamental que se teça comentários sobre o que foi trazido pela lei. O art. 1º reforça, mais uma vez, o papel da conciliação no processo brasileiro. A realização da mesma é pressuposto para que o processo se desenvolva, sendo descartada apenas nas causas em que não é possível transigir, causas arbitrais, inventários, execuções, simples ofício e de responsabilidade (art. 6º). A figura dos juízes municipais ainda permanece, com competência para preparar, julgar e executar, podendo coexistir com os juízes de direito, sem haver conflito de competência (arts. 7º e 13). Os juízes de direito passam a ter claros poderes instrutórios, podendo inquirir testemunhas, que deveria ser um procedimento público (fazendo excluir a figura dos inquiridores, segundo o art. 25), e fazer diligências que considerar necessárias para o deslinde (art. 9º). Os juízes dos órfãos permanecem em igual número ao de juízes municipais, competência determinada, qual seja a das causas dos inventários, partilhas, contas de tutores, habilitação de herdeiros de ausente e demais causas relacionadas (art. 20). A segunda instância fica definida como aquela exercida pelos Tribunais da Relação, não cabendo revisão de suas decisões para outros tribunais de mesma hierarquia, somente recurso de revista para o Supremo Tribunal de Justiça nos casos previstos em lei (art. 19).

⁶¹ COSTA, Moacir Lobo da. *Breve notícia histórica do direito processual civil brasileiro e de sua literatura...*, p. 5.

Avulta, portanto, alguns princípios que, mais tarde, seriam considerados basilares para as relações processuais. É o caso do poder instrutório do juiz, da oralidade e da publicidade, que decorrem do art. 9º. Outrossim, temos a unirecorribilidade das decisões, consubstanciada no impedimento de apelar de decisões definitivas, como o caso das decisões em sede de Tribunal da Relação.

2.2. O Regulamento nº 737.

O Regulamento nº 737, obediente à legislação comercial, disciplinou as atribuições e funcionamento dos tribunais e juízes da seara comercial. Foi a legislação pátria que buscou aliar o direito material nascente com um rito processual capaz de efetivar as normas comerciais.

A legislação é dividida em quatro partes: a) “Do Processo Comercial”, compreendendo oito títulos, quais sejam “Do Juízo Comercial”, “Da Ordem do Juízo” (que condensava toda a ordem do juízo comercial em catorze capítulos), “Das Ações Sumárias”, “Das Ações Especiais”, “Das Ações Executivas”, “Das Coisas Comuns às Ações Sumárias, Especiais e Executivas”, “Dos Processos Preparatórios, Preventivos e Incidentes” e “Do Juízo Arbitral”; b) “Da Execução”, compreendendo seis títulos, quais sejam “Do Ingresso da Execução”, “Das Sentenças Ilíquidas”, “Das Sentenças Líquidas”, “Das Sentenças sobre Ação Real ou Coisa Certa ou em Espécie”, “Dos Embargos” e “Das Preferências”; c) “Dos Recursos e Nulidades”, com dois títulos, quais sejam “Dos Recursos” e “Das Nulidades”; e d) “Das Disposições Gerais”, um título único.

É evidente nesta legislação um esforço para a simplificação e precisão da linguagem, além de uma tentativa de sistematização, seguindo uma ordem lógica para permitir uma leitura fluidez procedimental. ALMEIDA JUNIOR⁶² entente que o Regulamento traz três simplificações importantes: a) a quase abolição de processos incidentais, com a redução das

⁶² ALMEIDA JUNIOR, João Mendes de. *Direito Judiciário Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typografia Baptista de Souza, 1918. p. 368.

exceções a cinco (incompetência, suspeição, ilegitimidade das partes, litispendência e coisa julgada), delegando a contestação o momento processual para alegar qualquer outra dilatória ou peremptória; b) fixou prazos; e c) reduziu os embargos às sentenças finais somente nos casos de declaração e restituição de menores. Avulta, portanto, o *animus* de simplificação procedimental frente o sistema burocrático português herdado pelos séculos de aplicação das Ordenações.

Ainda que tenha havido esse esforço, a inspiração do código tem claros contornos portugueses. A necessidade de um procedimento escrito, com fases estanques e o impulso processual dependente das atitudes tomadas pelas partes evidenciam o ranço das codificações europeias ocidentais, nomeadamente dos modelos ibérico e franco-germânico.

Alguns pontos de destaque do Regulamento que confirmam a fonte portuguesa de inspiração (e reprodução) legislativa: a exigência de conciliação:

“Art. 23. Nenhuma causa commercial será proposta em Juizo contencioso, sem que préviamente se tenham tentado o meio da conciliação, ou por acto judicial, ou por comparecimento yoluntario das partes. Exceptuam -se:[...]”

A citação:

“Art. 39. A citação para as causas commerciaes póde ser feita por despacho ou mandado do Juiz, por precatoria, por edictos, ou com hora certa.

Art. 40. Para a citação requer-se:

§ 1º Que o official da diligencia leia á propria pessoa que vai citar o requerimento da parte com o despacho do Juiz, ou o mandado por este assignado, dando-lhe contra-fé, ainda que esta não seja pedida.

§ 2º Que na fé da citação que passar no requerimento ou mandado declare si deu contra-fé, e bem assim si a parte citada recebeu, ou não quiz receber.”

A Contestação:

“Art. 96. A contestação deve conter simplesmente a exposição os motivos e causas que podem illidir a acção. A ella se devem ajuntar os documentos em que se funda.

Art. 97. Na contestação deve o réo inserir, antes da alegação da matéria de defesa, a arguição das nulidades de conciliação, acção, citação, e de todos os actos e termos que tiverem ocorrido até o ponto da contestação.”

A Reconvenção:

“Art. 103. Si o réo quizer reconvir ao autor, proporá a reconvenção simultaneamente com a contestação no mesmo termo para ella assignado, e sem dependencia de prévia citação do autor.

Art. 104. Proposta a reconvenção e offerecida a contestação, se assignará ao autor o termo de 15 dias para a contestação da reconvenção e replica da acção.”

O avanço na linguagem utilizada é evidente, bem como a simplificação do código. Mas o ranço das Ordenações é inegável.

2.3. A Consolidação Ribas.

A Consolidação Ribas, como ficou apelidado o trabalho de compilação da *práxis* judiciária, costumes, inovação legislativa e teses jurídicas desenvolvido por Antonio Joaquim Ribas, assumiu o lugar de legislação processual civil em 1876, com a chancela do governo imperial. O professor da Faculdade de Direito de São Paulo, onde também concluiu seus estudos, dividiu sua obra em duas partes: a primeira, sobre a organização judiciária; a segunda, sobre a forma do processo.

Há que se afirmar, ainda, que a Consolidação, em verdade, trouxe maiores explicações e, por assim dizer, uma expansão conceitual jurídica e doutrinária sobre o texto do Regulamento nº 737. A própria estrutura do texto evidencia isso: o autor define os artigos a serem comentados e, logo após, discorre sobre eles, inclusive fazendo levantamento histórico quando possível. Por exemplo, o Comentário XVII, sobre juízes municipais e sua competência, do primeiro volume da Consolidação⁶³:

⁶³ RIBAS, Antonio Joaquim; RIBAS, Julio A. *Consolidação das Leis do Processo Civil*. v. 1. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior, 1879. p. 30.

“Ao Art. 9, §1º, nº1. Cartas de Legitimação. Tornaram-se de pouco uso depois dos Decretos de 11 de agosto de 1831 e n. 463 de 2 de setembro de 1847. Porquanto, declarou esse primeiro decreto, que o filho ilegítimo de qualquer espécie pode ser instituído herdeiro em testamento, não havendo herdeiro necessário; e o segundo – que a prova da filiação se dá por escritura ou testamento; salvo tendo de concorrer com filhos legítimos, porque neste caso o natural deverá ser reconhecido por escritura antes do casamento do pai. Entretanto, se o pai do espúrio tiver herdeiros ascendentes, ou não quiser fazer testamento, mas quiser que o filho lhe suceda nos bens, deveria fazer expedir-lhe carta de legitimação. Esta, também se pode pedir depois da morte do pai, desde que por escritura pública se prove que foi esta a sua vontade. [...]”.

O Comentário CXLIX, sobre nulidade de citação⁶⁴, em que, inclusive, há menção decisão de Tribunal da Relação sobre a matéria:

“A nulidade da falta da citação pessoal para o seguimento da apelação não é insanável. Essa citação é o ato ex officio do escrivão, e os erros ou omissões dos empregados do juízo não prejudicam os recursos das partes; tanto assim é que a Ord. L. tit. 79, § 22, em vez de cominar a nulidade do processado, impôs pena ao escrivão que remeter os autos sem citar as partes. Essa falta da citação é uma das que a Ord. L. 3 tit. 63 princ. e §1 declara supríveis pelos julgadores, sem por isso os autos serem nenhuns. E essa citação é havida por suprida desde que a parte constitua procurador no juízo ad quem, onde alega toda a sua defesa; porque a Ord. L. 3 tit. 68 §7 diz: - é nossa intenção prover os apelantes por alguma maneira que de todo não percam seu direito, se o tiverem, posto que em apresentarem ou seguirem suas apelações, sejam em alguma parte negligentes. Ap nº 51 – Acc da Relação de São Paulo – vid. O Direito, vol. VII, p. 382.”

O Comentário XXXLXXXIII, ao art. 539⁶⁵:

“Art. 539. O libelo deve ser a exposição escrita e articulada da pretensão do autor. Ele deve necessariamente conter: i) os nomes do autor e réu; ii) a narração dos fatos, donde, o autor deduz o seu direito; e iii) a exposição do direito ou causa de pedir, posto que não indique o nome da ação. Libellus, diz Mello Freire (L. 4 T. 10 §1) é a – *postulatio actoris in judicio proposita, qua facti series, et fundamentum agendi commoda petitione continetur*. [...]”

RIBAS, portanto, utiliza da legislação posta e analisa sob os olhos da doutrina vigente, citando entendimento de autores, e reafirma os seus escritos conforme a jurisprudência nascente do país, valendo-se das decisões dos Tribunais da Relação para asseverar seus pensamentos.

⁶⁴ RIBAS. *Consolidação das Leis do Processo Civil*. v. 1. p. 192.

⁶⁵ *Ibidem*. v. 2. p. 7.

Quanto aos caracteres levantados sobre a própria História do Direito, o Comentário CCXCVIII, ao art. 558, é primoroso⁶⁶:

“As Ords. Afonsinas distinguíam as exceções peremptórias, anômalas e prejudiciais; e destas últimas ainda se faz menção na Ord. Filipina L. 3 tit. 5 § 1. Vid. Consolid. art. 592.

As exceções anômalas são as que participam das dilatórias e peremptórias; tais como as dos Sen. Consulto Vellejano e Macedoniano, de falso procurador, etc.

As exceções prejudiciais são as que tem por objeto a qualidade pessoal, ou uma questão preliminar, de que depende a decisão da causa; como a questão de espólio (Ord. L. 3 tit. 78 § 3 e L. 4 tit. 58).

O Direito Romano também distinguia as *personae coherentes exceptiones* e *rei coherentes exceptiones*, ou exceções reais e pessoais, segundo elas podiam ser invocadas exclusivamente pelo titular primitivo do direito, ou pelos seus representantes e sucessores; como o herdeiro, ou comprador, etc.

As exceções que aquele direito denominada *temporales* são as mesmas dilatórias; e as que ele denominada *perpetuae* são as mesmas peremptórias.

Também, do mesmo modo que as ações, as exceções se dividiam em *in rem scriptae*, *utilis*, *in factum*. Savigny cit. § 227, Millebruch, cit. § 141.

Os glosadores dividiam as exceções em *juris et facti*. As primeiras correspondiam às verdadeiras exceções romanas; as segundas compreendiam todos os outros meios de defesa. A classificação, porém, admitida pelo direito pátrio é a que vem consagrada na Consolidação.”

De fato, a obra do Conselheiro Ribas, ainda que tenha o condão mais próximo de um código comentado do que de uma legislação genuinamente nova, é um importante documento para a historicidade do direito processual civil brasileiro e o arcabouço que permitirá os legisladores estaduais, com a República e o federalismo aos moldes da Constituição de 1891, a construírem os os diplomas processuais civis e a organizarem a justiça estadual.

⁶⁶ *Ibidem*. v.2. p.20.

3. O INÍCIO DA REPÚBLICA.

Com a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, foi logo determinada a aplicação do Regulamento nº 737 às causas cíveis e a revogação da exigência da conciliação prévia nas causas cíveis e comerciais – antes mesmo da promulgação da nova Constituição. O novo governo extirpou do ordenamento jurídico essa necessidade e preferiu uma burocratização e fortalecimento da Administração Pública, entendendo que o Estado-juiz deveria assumir um papel central no deslinde.

3.1 A Constituição Republicana de 1891 e a competência legislativa estadual.

A Constituição de 1891⁶⁷ erigiu o estado federal brasileiro, enquanto união indissolúvel de Estados. A ideia federalista brasileira, naquele momento, desenhava-se aos moldes norte-americanos⁶⁸, entendendo por uma administração federal forte, mas com Estados independentes e com bastante autonomia frente à União. Como explicita SILVEIRA⁶⁹:

“Foi dito e se repete amiúde que o Federalismo estabelecido pela Constituição de

⁶⁷ BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brazil*. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 1891. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em 06 mar. 2018.

⁶⁸ Se o Brasil conservou o seu sistema jurídico baseado na tradição jurídica romano-germânica introduzida com a colonização portuguesa, é inegável, por outro lado, a influência do direito norte-americano no seu direito público a partir da instituição do regime republicano. São testemunhas desta influência (que se materializou na instituição do Federalismo, do controle de constitucionalidade difuso das leis, da concepção de direitos individuais, da previsão de *impeachment*, etc.) as lições de João Barbalho, Carlos Maximiliano, e Rui Barbosa em seus comentários à Constituição republicana de 1891 (CAVALCANTI, João Barbalho Uchôa. *Constituição Federal Brasileira: Commentarios*, 2ª ed. Rio de Janeiro: F Briguiet, 1924.; MAXIMILIANO, Carlos. *Commentarios à Constituição Brasileira*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1918.; BARBOSA, Rui. *Commentarios à Constituição Federal Brasileira*. São Paulo, Livraria Academica, 1932.). Ainda que, à época, houvesse uma tentativa de importação do direito norte-americano, a doutrina rejeitou a formalização desse direito estrangeiro como fonte subsidiária do direito brasileiro, como nas palavras de João Mendes de Almeida Júnior: “[...] *que os tribunaes dos Estados Unidos da America do Norte recorressem à common law e equity, isto é, aos arestos das cortes inglezas respectivas, é natural; mas, que segundo dispõe o art. 387 do cit. Dec. n. 848 de 11 de outubro de 1890, os casos de common law e equity sejam subsidiários da jurisprudência e processo federal do Brazil, isso será o cúmulo (...). Como, pois, abandonar o nosso direito subsidiário, tão perfeitamente determinado pela Lei de 18 de agosto de 1769, como renegar os costumes da nossa raça, os estylos do nosso foro, os arestos dos nossos tribunaes?*” (ALMEIDA JUNIOR, João Mendes de. “As Formas da Praxe Forense”. *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*. São Paulo, Vol. 12, p. 29-30, 1904).

⁶⁹ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Republicanism and Federalism (1889-1902)*. Brasília: Biblioteca do Senado, 1978. p. 55-57.

1891 copiou o norte-americano, como de resto outros itens o fizeram. Por outro lado, os textos dos propagandistas, sempre citando os Estados Unidos da América como modelo de federalismo, identificaram-no à descentralização, essencial para a plena manifestação das forças sócio-econômicas provinciais, obstruídas pelo centralismo imperial. Um raciocínio desse tipo leva à seguinte asserção: o federalismo norte-americano seria descentralizador. [...] No caso brasileiro, a concepção de Estado institucionalizada na Constituição foi a democracia liberal. O Estado Democrático na Constituição foi criação do liberalismo, em atendimento às necessidades de uma sociedade capitalista, competitiva, à qual convinha a retratação da ação governamental em certa medida, mantendo-se numa função policiadora. A forma proposta para organizar esse Estado Liberal, o esquema federalista, representava a fragmentação do poder em contraposição ao Estado Absolutista, em que o poder se concentrava na realza e impedia a expansão de outras forças sociais. No entanto, as unidades federadas – os estados ou departamentos –, ao mesmo tempo que mantinham uma esfera própria de poder, achavam-se ligados numa união, o Estado, da qual todas participavam. Em outras palavras, dava-se expansão às novas forças sociais, resguardando cada uma as suas especificidades, mas a coordenação geral era dada pelo Estado, ao qual cabia preservar o sentido daquelas forças para o capitalismo.”

Isso refletia, inclusive, na organização do Poder Judiciário. SILVEIRA⁷⁰ diz:

“ O sistema judiciário dual foi proposto pelo projeto governamental e acabou dominando. Seu defensor intransigente foi o ministro da Justiça do Governo Provisório, Campos Salles. Para justificar a proposta, invocou ele a soberania dos estados. Seus adversários – José Higino, Anfilóbio de Carvalho –, contrapuseram-lhe o princípio da unidade do direito, que implicaria na unidade de justiça, posição que o jurista Clóvis Bevilacqua apoiava. ”

Aos olhos da carta republicana e em respeito ao princípio republicano nela cristalizado como supracitado, o Poder Judiciário era segmentado entre Justiça Federal, Justiça do Distrito Federal e Justiça Estadual. A primeira, explícita na Constituição entre os arts. 55 e 60, era composta pelo Supremo Tribunal Federal (em substituição ao Supremo Tribunal de Justiça), Tribunais Federais e juízes federais, distribuídos de acordo com a vontade do Congresso Nacional. A segunda e a terceira ficavam à cargo do Distrito Federal e dos Estados, que deveriam organizá-la de acordo com suas realidades e vontade. Não haveria, portanto, intersecção entre as jurisdições, como o art. 62 da referida carta constitucional assevera:

“Art 62 - As Justiças dos Estados não podem intervir em questões submetidas aos Tribunais Federais, nem anular, alterar, ou suspender as suas sentenças ou ordens. E, reciprocamente, a Justiça Federal não pode intervir em questões submetidas aos Tribunais dos Estados nem anular, alterar ou suspender as decisões ou ordens destes, excetuados os casos expressamente declarados nesta Constituição. ”

⁷⁰ SILVEIRA. *Republicanism and Federalism (1889-1902)*..., p. 69.

Outrossim, para além da organização judiciária, também ficou determinada a diferenciação normativa entre a Justiça Federal e as outras Justiças, de tal forma que somente o direito material seria uno, havendo espaço, portanto, para a pluralidade processual. Isso é evidente pelo art. 34 da Constituição de 1891:

“Art.34 - Compete privativamente ao Congresso Nacional:

[...]

22. legislar sobre o direito civil, commercial e criminal da Republica e o processual da justiça federal;

[...]

25. organizar a justiça federal, nos termos do art. 55 e seguintes da secção III; [...]”

Desse modo, coexistiam no ordenamento jurídico pátrio a lei processual federal e o judiciário federal, legislação processual distrital e legislação processual estadual, além de organismo judiciário em cada um dos entes federativos.

A princípio, sob o regime das Ordenações, o que vigorava era a unicidade processual, não havendo distinção, inclusive, de matérias, sendo o mesmo procedimento aplicado tanto para a seara cível, quanto para a comercial e penal.

A lei processual federal foi regida pela Consolidação das Leis referentes à Justiça Federal, estabelecida pelo Decreto nº 3.084, de 5 de novembro de 1898⁷¹. Nela, o modelo processual adotado foi o mesmo redigido pelo Regulamento nº 737.

Coube, então, aos Estados e ao DF a criação de seus respectivos diplomas processuais. Entretanto não houve pressa para o legislador estadual. Enquanto os códigos não eram criados, a norma federal era aplicada – comportamento este que, inclusive, manteve-se com tradição, restringindo as legislações estaduais e distrital a uma mera reprodução dos

⁷¹ BRASIL. DECRETO Nº 3.084 DE 5 DE NOVEMBRO DE 1898. *Aprova a Consolidação das Leis referentes à Justiça Federal*. Rio de Janeiro, 1898. Disponível em <<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3084-5-novembro-1898-509270-publicacaooriginal-1-pe.html>>>. Acesso em 06 mar. 2018.

dispositivos das leis federais⁷². Assim sendo, o Regulamento imperial permaneceu vigente em alguns estados, inclusive, até a unificação da legislação processual com o Código de 1939.

Com efeito, aqueles que adotaram a legislação própria, mantiveram, em linhas gerais, o dito pela norma federal, sem grandes modificações. Conforme já explicitado, a lei do menor esforço predominou: era mais vantajoso copiar do que inovar, ainda mais considerando que a *práxis* no Judiciário estava consolidada nos termos imperiais – ainda que com seus vícios e demasiada burocracia. Seria necessário redesenhar em um esforço quase hercúleo para modificar o que já estava tradicionalmente ali posto. A Consolidação Ribas, nesse diapasão, contribuiu para a efetividade da lei processual, pois a realidade brasileira não condizia mais com o texto do Regulamento e transplantá-lo para aquele momento histórico seria anacrônico.

3.2 O Código de Processo Civil e Comercial do Estado do Maranhão de 1911

O Estado do Maranhão adotou legislação própria em 1911, com a promulgação do Código de Processo Civil e Comercial, projetado por Godofredo Mendes Vianna. Este jurista foi nomeado para redator pela lei nº 507, de 22 de março de 1909, pelo governador Luiz Antonio Domingues da Silva – que fora substituído pelo Presidente do Congresso Legislativo do Estado, Mariano Martins Lisboa Neto – em reconhecimento aos estudos empreendidos, como a obra “Formas Processuais, Necessidade de sua Simplificação”, de 1908. Ademais, era um expoente jurista, tendo se formado em Direito pela Faculdade de Direito de Recife, sendo político, escritor (sendo um dos fundadores da Academia Maranhense de Letras), advogado, professor, senador e juiz federal, além de ter exercido o cargo de Governador do Estado entre 1923 e 1926.

Na exposição de motivos do Código de Processo Civil e Comercial do Estado do Maranhão, o autor elucida como se deu seu trabalho:

⁷² SOUZA, Marcia Cristina Xavier de. *A competência constitucional para legislar sobre processo e procedimento e o código de processo civil de 2015*. Revista de Direito da Faculdade Guanambi, Guanambi, v. 4, n. 1, p 126-148, jan-jun 2017.

“A escassez de tempo não me permite dar, por menor, notícia a vossa excelência das inovações e modificações feitas no processo civil e comercial.

Mas, uma coisa requer, sem defesa, explicação e justificativa, pois que vai ser esta exposição um documento público.

Há no trabalho que vossa excelência vai, se o julgar digno disso, fazer lei no Estado, e submeter, mais tarde, à clara apreciação dos legisladores maranhenses, ideias e palavras que me não pertencem, de que me apropriei aqui e ali, com o máximo desassombro e a mais larga liberdade.

Não me corro de o confessar ao grosso público. Que aos que labutam nesse difícilíssimo mister de elaborar leis de direito, nem é estranha a apropriação, nem para censurar.

Não menor pessoa que o insigne Lafayette isto afirmou: “de escritores nacionais e estrangeiros extraímos com a maior liberdade tudo que fazia ao nosso intento. Nesta praxe não fizemos senão imitar os exemplos dos nossos predecessores. [...]”

‘Visto que nada há novo debaixo do Sol’, dizia pitorescamente Jacome Meirelles, o celebrado autor de Repertório Jurídico, ‘ninguém cria. Da arte de revestir de livros estranhas as produções alheias depende o bom êxito e a variedade que de dia em dia aparece debaixo de pomposos títulos.’

Assim, o meu trabalho é menos uma criação original que o compendário de uma série de noções velhas e de noções novas, que estando como em um amasso, se ruminou, digeriu, desenvolveu e expôs.

Para isso foi mister conversar muito os autores, e códigos, e leis e ser contínuo em os resolver. Não é possível que a minha rudeza não descobrisse algum puro, tendo cavado tanta mina.

Nelas escolhi o que de melhor me apareceu.

Tenho que a eleição nem a todos agradará. Mas é o caso de repetir aquilo do dicionarista Moraes: ‘bem sei que os críticos têm cada um os seus mimosos e quiseram que com eles lhes alegasse, mas eu não adivinho, nem ainda assim fora possível satisfazer a todos.

Não quer isso dizer que tivesse, sempre, escolhido o melhor. [...] Em todo caso, é uma vontade a caminho de futuro melhor.

O de que me lisonjeio é de ter procurado na organização do Código reerguer, com a clareza e simplicidade, dos textos e o decote de todo o inútil de que se amontoava o processo, o sentimento jurídico, tão amortecido entre nós. Guiou-me aquele conceito eterno como a verdade, de velho e notável jurisconsulto: ‘a maior perdição de uma nação não consiste tendo em que hajam nela muitos malfeitores, que não teme a Deus, quanto em que esses que não temem a Deus, tão pouco temam a justiça.’ Não a temam, nem o que é pior, a desejem e amem.

Porque é convicção minha que à medida que o direito formulado se complica, ao mesmo passo que uma jurisprudência inconsistente e varia asfixia o direito ao restabelecimento das relações jurídicas violadas pelos mil e um modos de apreciar o mesmo caso jurídico. À proporção que o poder público contraria na lei, a acentuada tendência que as condições biológicas da sociedade no momento atual insistentemente reclamam, se aguentam e dissolve numa desbotada confiança na justiça, na força esclarecedora do processo, na virtude que se atribui à ação de fazer valer direitos ameaçados ou feridos, esse sentimento cujo vigor é indispensável ao sadio equilíbrio social, e que Ihering, na sua ‘Luta Pelo Direito’, pôs em tão primoroso relevo.”⁷³

⁷³ MARANHÃO. *Código de Processo Civil e Comercial do Estado do Maranhão*. São Luís, 1911. São Luís: Imprensa Oficial, 1911. p. 5-6.

De tal monta, embebido pela doutrina importada, Vianna estabeleceu a “prontidão, simplicidade e garantia”⁷⁴ como principais condições para um bom sistema judiciário, entendendo que as formas indispensáveis e simples seriam o norte para a ciência e para o legislador esclarecido. Ao mesmo passo que introduziu essa ideia de remodelagem do sistema judiciário, o autor também entende pelo não rompimento com as tradições do direito formal. O autor é explícito em sua exposição de motivos:

“Pareceu-me brilhante esta observação de Picard, o extraordinário criador de O Direito Puro: ‘o direito é feito simultaneamente pelos restos do passado e pelos anseios para o futuro. Podemos dizer que ele tem sempre um vasto fundo patrimonial hereditário. E, no seu conjunto, semelhante a uma oficina provida de máquinas antigas, obrigada a manter-se ao corrente, não podendo modificar tudo de uma só vez, introduzindo a pouco e pouco aparelhos novos, mas sempre comporta de uma amálgama de órgãos obsoletos e de órgãos aperfeiçoados’.”⁷⁵

Assim, é indubitável que a legislação que serviu de base para o trabalho de Godofredo Mendes Vianna foi o Regulamento nº 737.

As citações, por exemplo, que estavam dispostas no Título IV do código maranhense, poderiam ser feitas nas seguintes modalidades:

“Art. 46. A citação pode ser feita:

- a) Por despacho;
- b) Por mandado;
- c) Com hora certa;
- d) Por precatória, rogatória ou telegrama;
- e) Por edital.

Art. 47. A citação por despacho tem lugar quando se deva efetuar dentro da cidade ou vila ou seus arredores.

[...]

Art. 54. A precatória deve conter:

- a) O nome do juiz deprecado anteposto ao do deprecante, salvo se aquele for inferior a este e sujeito à sua jurisdição;
- b) O lugar donde se expede a para onde é expedida;
- c) A petição e o despacho, verbo ad verbum;
- d) Os termos rogatórios do estilo e convenientes à autoridade a quem se deprecia;

⁷⁴ MARANHÃO. *Código de Processo Civil e Comercial do Estado do Maranhão...*, p. 6.

⁷⁵ *Ibidem.* p. 7.

e) O prazo dentro do qual deve o citado comparecer.
 § Único. No caso de ter sido expedida com algum equívoco uma precatória, não está inibida de requerer outra, com ressalva da primeira, que corria o equívoco.”

Tal qual o texto do Regulamento oitocentista prelecionava, inclusive com similitudes evidentes no próprio texto:

“Art. 39. A citação para as causas comerciais pode ser feita por despacho ou mandado do juiz, por precatória, por editos ou com hora certa.

[...]

Art. 42. A citação será feita por despacho quando for dentro da cidade, vila ou seus arredores; e por mandado, quando for dentro do termo.

[...]

Art. 44. A precatória deve conter:

§ 1º O nome do juiz deprecado anteposto ao do deprecante, exceto se aquele for inferior a este e sujeito à sua jurisdição;

§ 2º O lugar donde se expede, e para onde é expedida;

§ 3º A petição e despacho verbo ad verbum;

§ 4º Os termos rogatórios do estilo e convenientes à autoridade a que se deprecia.”

O mesmo acontece em outros institutos processuais, como a autoria:

“Art. 187. Autoria é o ato pelo qual o réu, sendo demandado, nomeia em juízo e requer a citação daquele de quem houve a causa demandada (ou os herdeiros), para que a defenda.

§ Único. O juiz marcará o prazo dentro do qual deve o réu promover a citação, nos termos deste código, ficando a causa suspensa até verificar-se a citação.

Art. 188. Compete o chamamento à autoria somente aquele que possui em seu próprio nome.”

Que, no Regulamento imperial, era assim disposto no texto:

“Art. 111. Autoria é o ato pelo qual o réu, sendo demandado, chama a juízo aquele de quem houve a coisa que se pede.

Art. 112. Compete a autoria somente àquele que possui em seu próprio nome.

Art. 113. Se o réu houve a causa de outrem, requererá a sua citação na audiência em que for proposta a ação.”

Também o a oposição, que no código maranhense era assim descrita: “*art. 196. Oposição é o ato de terceiro que intervem no processo para excluir tanto o autor como o*

réu”. Tal qual o texto imperial, que prelecionava: “*art. 118. Oposição é a ação do terceiro que intervém no processo para excluir o autor e o réu.*”

Ainda que conte com tantas similitudes ao Regulamento nº 737, o Código de Processo Civil e Comercial do Estado do Maranhão trouxe inovações para a realidade do judiciário estadual.

De plano, Vianna tentou simplificar o máximo possível o rito processual ordinário, suprimindo a réplica e a tréplica, entendendo que não seriam necessários tais institutos frente à possibilidade de concentração de manifestações das partes:

“Capítulo I – Da Propositura da Ação

Art. 165. A ação ordinária será iniciada por uma simples petição que deve conter: a) o nome do autor e do réu; b) a indicação do contrato, transação ou fato de que resultar o direito do autor e a obrigação do réu; c) o pedido, com todas as especificações e estimativa do valor, quando não for determinada.

§ 1º. A petição poderá ser articulada para maior facilidade da exposição e da prova.

§ 2º. A petição inicial será acompanhada: i) da procuração conferida ao advogado que a assinar; ii) dos documentos em que fundar o autor a sua intenção, salvo quando estes constarem de notas públicas, registros, depósitos públicos, e houver impedimento ou demora para se extraírem por certidão, ou se acharem em poder do réu, caso em que o autor deverá afirmar a impossibilidade e requerer seja a propositura da ação adiada para a seguinte audiência.

[...]

Art. 209. A contestação conterà a exposição da defesa do réu, acompanhada de todos os documentos que a justifiquem e da indicação do prazo de que necessita o réu para a produção de outras provas.

Art. 210. Se com a contestação forem oferecidos documentos, e nenhuma das partes tiver protestado por prova, o escrivão continuará imediatamente os autos com vista ao advogado do autor pelo prazo de cinco dias para dizer sobre eles.

Art. 211. Depois de ouvidas as partes, e não tendo estas protestado por dilação probatória na petição inicial ou na contestação, ou não tendo sido apresentada a contestação no prazo marcado, subirão os autos, depois de preparados por qualquer das partes, dentro de vinte e quatro horas, à conclusão do juiz para a sentença.

[...]”

Portanto, pelo código, caso haja necessidade de manifestação das partes sobre alguma matéria não aludida na sua fala feita ao tempo do processo, caberá arguição simples dentro do prazo a ser dado pelo escrivão, que fará juntada ao processo. Essa mesma busca por celeridade é vista na questão da dilação probatória, que é facultativa, a depender do

requerimento das partes. O próprio autor, em sua exposição de motivos, assevera que “muitas demandas de dilação probatória são uma verdadeira excrecência, pura inutilidade, um termo ineficaz do processo, que se respeita e põe em prática por puro texto legal”⁷⁶. Ciente da dispensabilidade da dilação probatória, Vianna estabelece o prazo de vinte dias para que, caso as partes o queiram, seja cumprido que for necessário. Entretanto, por entender pela prescindibilidade, o autor faculta às partes que determinem um prazo menor – e, caso não venham a acordarem sobre o mesmo, caberia ao juiz determiná-lo (*in casu*, deveria aplicar aquele estabelecido em lei). De vanguarda, o Código Processual maranhense vislumbrou o que, hoje, conhecemos como negócio jurídico processual⁷⁷, compreendido no art. 190 do novo CPC (Lei nº 13.105/2015) – que acarreta ampla discussão doutrinária e larga produção acadêmica.

O mesmo rito simplificado é cabível para a reconvenção, conforme os artigos seguintes da legislação maranhense:

“Art. 217. Sem o réu quiser reconvir o autor, proporá a reconvenção, simultaneamente com a contestação, no mesmo tempo para esta assinado, sem dependência de prévia citação do autor.

Art. 218. Oferecida a contestação e proposta a reconvenção, assinar-se-á ao autor o termo de dez dias para a contestação da reconvenção, depois do que seguirá a causa os seus termos regulares.”

E evidente a ideia de concentração de manifestação das partes, a fim de dar celeridade e economia ao processo à época, impedindo que as manifestações sucedâneas das mesmas tornassem o processo deveras moroso e sem que o deslinde fosse vislumbrado pelo juiz, que

⁷⁶ MARANHÃO. *Código de Processo Civil e Comercial do Estado do Maranhão...*, p. 8.

⁷⁷ BRASIL. LEI Nº 13.105 DE 2015. *Estabelece o Código de Processo Civil*. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm>. Acesso em 13 mar. 2018. DIDIER JUNIOR assevera, ainda, que o negócio jurídico processual é o ato voluntário, em cujo suporte fático confere-se ao sujeito o poder de escolher a categoria jurídica ou estabelecer, dentro dos limites fixados no próprio ordenamento jurídico, certas situações jurídicas processuais (DIDIER JUNIOR, Freddie, *Curso de Direito Processual Civil*, ed 17., v. 1. Salvador: JusPodivm, 2015. p. 376-377). Quanto à produção acadêmica destacam-se as monografias: CARVALHO, Thiago Mendes de. *Os negócios jurídicos processuais no novo código de processo civil*. 2016. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016; PEREIRA, Carolina Saiago. *Os limites dos negócios jurídicos processuais atípicos: análise conforme o código de processo civil de 2015*. 2017. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017; e outras.

apenas se prestaria ao papel de ouvinte do embate entre aquelas através da réplica e tréplica – dantes possível a cada arguição em juízo.

Outro importante avanço trazido pela compilação maranhense foi o incremento na teoria das nulidades, do Capítulo XXV do Código⁷⁸. Ao mesmo passo que o autor quis manter a formalidade processual, buscou expurgar da praxe judiciária as fugas da apreciação do mérito em razão dessas alegações. As nulidades deveriam ser encaradas como garantias à manutenção da formalidade do processo, visando à equiparação das partes diante da regra do jogo, e não de uma pena. O princípio da lesividade, ou seja, da necessidade de efetiva lesão ao direito da parte (ou prejuízo), somado ao entendimento da época de que não haveria mais “nulidades insuperáveis”, nortearam essa modificação – que advieram da reforma processual italiana à época, que incluiu o art. 56 em seu texto⁷⁹, servindo de inspiração para o diploma maranhense. Os interesses de ordem privada deveriam ser transacionados pelas partes, e somente o prejudicado, demonstrado a perda, deveria alegar ao juiz aquilo que lhe causou efetiva lesão – conforme os artigos abaixo:

“Art. 1.024. É nulo o processo: a) sendo incompetente ou suspeito o juiz perante o qual a causa foi proposta; b) sendo alguma das partes, ou seus representantes, incompetentes e não legítimos, como o falso e não bastante procurador, a mulher não comerciante sem outorga do marido, o menor ou interdito sem tutor ou curador; c) preterindo-se alguma fórmula que o Código exige com pena de nulidade; d) omitindo-se a primeira citação para a causa principal e para a execução, se uma ou outra, correu à revelia; e) sendo incompetente a ação proposta, salvo convenção das partes.

Art. 1.025 Sempre que a parte tiver de falar no feito, deverá alegar especificadamente as nulidades existentes, requerendo preliminarmente que sejam elas pronunciadas. Omitindo-se tal requerimento, serão havidas por supridas todas as que não devam ser pronunciadas *ex officio*.

Art. 1.026. Arguida a nulidade, serão os autos conclusos ao juiz, que mandará ratificar o processado, se for caso disso.

Art. 1.027. Sem requerimento da parte prejudicada, nenhuma nulidade pode ser declarada pelo juiz, salvo: a) no caso de correr o processo à revelia; b) no caso de incompetência do juízo em razão da matéria.

Art. 1.028. A violação ou omissão de formalidades instituídas pela lei no interesse de uma das partes não pode ser arguida pela outra, nem pelos litisconsortes.

⁷⁸ MARANHÃO. *Código de Processo Civil e Comercial do Estado do Maranhão...*, p. 11.

⁷⁹ ITALIA. *Código de Processo Civil*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1904. p. 40. O texto do diploma italiano corresponde ao texto maranhense, que assevera em seu art. 811 que “*as causas que se fundarem na lesão de direitos individuais por atos ou decisões das autoridades administrativas do Estado ou do Município somente poderão ser propostas pela pessoa que se reputar ofendida no seu direito, ou por seus representantes ou sucessores*”.

§ Único. Do mesmo modo, não pode o juiz anular, em consequência de tais violações ou omissões, as decisões proferidas em favor da parte no interesse da qual foi a nulidade instituída.

Art. 1.029 A parte que deu causa à nulidade não tem o direito de arguí-la.

Art. 1.030. A incompetência do juiz anula os atos decisórios por ele proferidos. Prevalecerão, porém, não obstante a incompetência, os atos meramente probatórios processados perante o juiz incompetente.

Art. 1.031. A falta ou omissão de qualquer dos termos do processo, prescritos neste Código, como fórmula da ação ou da execução, anula os atos posteriores, dependentes e consequentes.

§ Único. A nulidade de um ato probatório não afeta os outros, mas os que dele dependem, servindo-lhe de complemento, ou quando a sentença se fundar na validade desse ato.

Art. 1.032. É nula a sentença: a) quando proferida por juiz incompetente, suspeito, peitado ou subornado; b) sendo fundada em falsa prova; c) quando dada contra direito expresse; d) quando proferida em processo nulo; e) sendo proferida em ofensa da coisa julgada.

Art. 1.033. A nulidade da sentença pode ser pedida: a) por meio de apelação; b) por meio de embargos de nulidade; c) por meio de ação rescisória.

Art. 1.034. Os juízes, oficiais do juízo e mais funcionários responsáveis pela nulidade, serão condenados na decisão que dela conhecer, ao pagamento das respectivas custas, e ficarão obrigados à indenização das perdas e danos que de seu dolo ou culpa resultarem.”

Essa mesma teoria das nulidades adotada pelo Código maranhense também inspirou o legislador do Distrito Federal à época, que dispôs da mesma forma dos artigos supra, como o próprio Vianna reconhece em sua *Exposição de Motivos*⁸⁰.

Alterações também foram feitas no que tange o processo de execução, compreendido na Parte Quinta do CPC maranhense. O legislador inovou quando passou a integrar a execução nos autos da ação principal, exigindo apenas simples petição para o cumprimento do feito⁸¹:

“Art. 842. A execução correrá nos próprios autos da ação, sendo iniciada por petição, em que se requererá o cumprimento da sentença condenatória.

§ 1º. Para a execução de embargos de terceiro senhor e possuidor extrair-se-á carta de sentença, da qual deverão constar o auto da penhora, os embargos, as procurações e a sentença.

§ 2º. Nas causas de preferência, a carta de sentinela conterá o conhecimento do depósito, o auto da penhora, a petição e citação, as procurações, os artigos de preferência, a contestação e a sentença.

§ 3º. Estando o processo em apelação, e proferindo-se decisão em que passe o julgado na segunda instância, a sentença será executada nos próprios autos, quando baixarem.

⁸⁰ MARANHÃO. *Código de Processo Civil e Comercial do Estado do Maranhão*..., p. 11.

⁸¹ *Ibidem*. p. 134.

§ 4º. As execuções das sentenças de partilhas, para as quais basta a exibição do respectivo formal, correrão em auto apartado do inventário, apensando-se, todavia, a este, quanto ultimasdas.”⁸²

Ainda que a execução tenha passado a integrar a ação principal, a citação do réu permaneceu como um requisito necessário e, caso não ocorresse, poderia acarretar nulidade do feito:

“Art. 845. No começo da execução o réu deve ser novamente citado, sob pena de nulidade. A citação deve ser feita ao próprio executado, bem como à sua mulher, se for casado e a execução versar sobre bens de raiz. ”

O Título sobre o processo de execução prossegue, ainda, com: a) Capítulo II – Da execução por quantia certa; b) Capítulo III – Da inscrição da hipoteca judicial; c) Capítulo IV – Das sentenças ilíquidas; d) Capítulo V – Da penhora; e) Capítulo VI – Da avaliação; f) Capítulo VII – Da arrematação; g) Capítulo VIII – Da remissão; h) Capítulo IX – Da adjudicação; i) Capítulo X – Da execução por coisa certa ou em espécie; j) Capítulo XI – Da prestação de fato; k) Capítulo XII – Dos incidentes da execução; e l) Capítulo XIII – Do concurso de credores e das preferências.

De toda sorte, a legislação processual estadual maranhense perdurou até a reunificação fixada pela competência privativa da União com a Constituição de 1934⁸³. Os debates exsurgidos no início da República sobre a multiplicidade de códigos e a dualidade de jurisdição – estadual e federal – perduraram durante todo o período de vigência dos códigos estaduais e se encerrou com o art. 5º, XIX, “a” do referido texto constitucional, *in verbis*:

⁸² Frise-se que o processo sincrético, bem como a simplificação do processo de execução, somente se consolidou com a Reforma Processual instituída pela Lei nº 11.232/2005, quase cem anos depois da criação maranhense. O procedimento de cumprimento de sentença, como ficou estabelecido pela legislação, foi largamente estudado e aplicado, permanecendo na legislação nacional com o Código de Processo Civil de 2015. (CASSALES, Pedro Antônio Peniza Bravo. *O processo sincrético: o cumprimento de sentença que reconhece obrigação de pagar quantia certa*. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2011_2/pedro_cassales.pdf>. Acesso em 06 maio 2018)

⁸³ BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, DF, 16 de julho de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em 30 abril 2018.

Art 5º - Compete privativamente à União:

(...)

XIX - legislar sobre:

a) direito penal, comercial, civil, aéreo e processual, registros públicos e juntas comerciais; (...).

Entretanto a Constituição não se apressou em proclamar o código federal de processo, uma vez que determinou a criação de uma comissão de juristas para a elaboração do mesmo e a permanência dos códigos processuais vigentes até sua edição. Assim, a legislação maranhense, mesmo revogada tacitamente pela nova ordem constitucional, permaneceu vigente. Sobre essa inovação do ordenamento jurídico brasileiro, diz PACHECO⁸⁴:

“A Constituição de 16 de julho de 1934 veio reunificar a legislação processual, fixando a competência privativa da União para o direito processual (art. 5º, XIX, a). Foi, sem dúvida, a mais salutar inovação que se introduziu no sistema brasileiro, evitando-se a plethora de códigos, decisões, interpretações e obliterações jurídicas no terreno das leis materiais e processuais, sob as pressões políticas, quer federais, materializando, quer estaduais, processualizando.”

A efetivação dessa unidade processual só se daria, entretanto, em 1939, com a edição do Código de Processo Civil através do Decreto-Lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939⁸⁵, na vigência da Constituição de 1937⁸⁶. Esta última manteve, em seu art. 16, XVI, a competência privativa da União para legislar sobre direito material e processual – além de suplantar a dualidade judiciária. Ainda sob a ótica de PACHECO⁸⁷:

“Nesta [Constituição de 1937], o art. 16, XVI, também determinava competir privativamente à União legislar sobre direito processual, sem limitação nem evasivas. Semelhante dispositivo veio constar na Carta de 1946, art. 5º, XV, letra a; na de 1967, art. 8º, XVII, letra b; na Emenda Constitucional nº 1, de 1969; e, a final, no art. 22, I, da Constituição de 1988. Quando, a partir da Constituição Federal de 1934, atribuiu-se à União a competência para legislar sobre direito processual, o que foi reiterado não só em 1937, mas também em 1946, 1967, com a emenda nº 1 de 1969, e em 1988, explicitou-se, de modo inequívoco, tratar-se, indistintamente, do direito processual, unitariamente concebido. A concepção unitária decorrente flui onímoda, não obstante

⁸⁴ PACHECO. *Evolução do Processo Civil brasileiro...*, p. 207.

⁸⁵ BRASIL. DECRETO-LEI Nº 1.608 DE 18 DE SETEMBRO DE 1939. *Código de Processo Civil*. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, DF, 18 de setembro de 1939. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/De1608.htm>. Acesso em: 30 abril 2018.

⁸⁶ *Idem*. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, DF, 10 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm>. Acesso em: 30 abril 2018.

⁸⁷ PACHECO. *Evolução do Processo Civil brasileiro...*, p. 206.

possa subdividir-se: a) em razão da pretensão ou da lide que serve de pressuposto ao processo, em direito processual civil e direito processual penal; b) em razão dos órgãos judiciários especiais, em direito processual comum (civil ou penal) e direito processual especial (trabalhista, eleitoral, militar ou fazendário). A abertura inscrita no art. 24, inciso X e XI da CF de 1988, ao estabelecer a competência concorrente de União, estados e Distrito Federal para a criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas, e para procedimentos em matéria processual, não comporta mais do que, restritamente, aí se menciona, sem possibilidade de alargamento interpretativo.”

O Código de 1939 suplantou de vez, portanto, os regramentos estaduais e instaurou um novo comportamento (e pensamento) no que tange a matéria processual civil no ordenamento jurídico brasileiro. A partir daquele, o Maranhão passou a adotar a codificação federal, com a superação do paradigma da multiplicidade de legislações e a unidade processual e de prestação jurisdicional.

Com efeito, mister se faz ressaltar a importância da proximidade da legislação à realidade local naquele tempo. Com as codificações estaduais, *in casu* a maranhense, percebeu-se a capacidade do legislador de, de fato, fazer com que o processo servisse à comunidade. Ora, a flexibilização do procedimento permite uma aproximação entre os cidadãos e a justiça, deitando os olhos sobre as imensas diferenças entre as realidades no Brasil, não só do ponto de vista jurídico, como cultural, econômico e social⁸⁸. Como na própria exposição de motivos do Código, Vianna percebeu as necessidades de uma legislação mais próxima ao que o Judiciário maranhense necessitava para sua prestação jurisdicional – com mais “prontidão, simplicidade e garantia”, conforme supracitado e parafraseado.

A perpetuação da codificação una e da competência legislativa concentrada na União a partir da Constituição de 1937 e do CPC/1939 impossibilitaram o direito processual de adaptar-se às peculiaridades locais. A competência privativa ilimitada da União enrijeceu o Processo Civil durante quase cinquenta anos – até a Constituição brasileira de 1988. Quando a

⁸⁸ SOUZA, Marcia Cristina Xavier de. Por um juizado especial cível verdadeiramente estadual. In: ZANGEROLAME, Flavia; CASARA, Rubens; FEITOSA, Antonio Claudio; FERNANDES, Márcia (Orgs). *Pelos caminhos da justiça e da solidariedade: estudos em homenagem a Miguel Lanzellotti Baldez*. Empório Modara: Florianópolis, 2018.

CRFB/88 entrou em vigor e separou processo e procedimento⁸⁹, devolvendo aos Estados e DF a competência para fazerem ajustes aos seus sistemas, a fim de devolver plasticidade e justeza à matéria. A competência legislativa concorrente, cristalizada no art. 24 da referida Carta Constitucional⁹⁰, trouxe à baila a possibilidade de as especificidades (e exigências casuísticas) dos entes federativos modularem o Processo Civil, permitindo, assim, uma prestação jurisdicional mais acertada. Os aprendizados do período republicano compreendido entre 1891 e 1937, com os códigos estaduais e os legisladores *in loco*, finalmente parecem render frutos. É possível que, com a permissão para convencionar-se procedimentos estaduais, com fulcro no texto constitucional, na praxe judiciária estadual e com a observância dos legisladores, doutrinadores e pensadores, o Processo Civil supere a sua rigidez cristalizada na História e perfaça a Justiça cidadã.

⁸⁹ O Processo, enquanto competência legislativa da União, pode ser entendido como o regramento das relações entre os sujeitos e terceiros outros atuantes dentro destas mesmas relações, além de delimitar condições, requisitos e pressupostos para estas atuações, direitos, deveres, faculdades, ônus, etc. São as normas gerais, que devem ser obedecidas em qualquer nível estatal. Por sua vez, o Procedimento é aquilo que diz respeito às peculiaridades locais, afetas somente à circunscrição do ente federado estadual, no caso brasileiro, sem desnaturar ou ir de encontro às normas federais. É o que permite o desenvolvimento do Processo, dando-lhe dinâmica, continuidade, fluidez. (SOUZA, Marcia Cristina Xavier de. *A competência constitucional para legislar sobre processo e procedimento e o código de processo civil de 2015*. Revista de Direito da Faculdade Guanambi, Guanambi, v. 4, n. 1, p 131-136, jan-jun 2017)

⁹⁰ BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>>. Acesso em 2 fev. 2018.

CONCLUSÃO

De acordo com a Introdução, o presente trabalho se dedicou às questões sobre independência legislativa e a efetiva cisão entre o direito lusitano e o direito brasileiro. Buscou-se, portanto, o momento em que houve esse rompimento e a adoção de um direito acertado e coerente à realidade brasileira.

Ao longo da exposição, demonstrou-se a origem do direito português, bem como a sua permanência enquanto legislação aplicada pelo Brasil, perpassando o Império brasileiro e a impúbere República, bem como a atividade legislativa dos momentos históricos em tela, procedendo-se à análise do direito “criado” para a realidade jabuticaba.

A pesquisa legislativa e doutrinária do período histórico em recorte revelou a familiaridade – ou melhor, a similitude –, dos textos portugueses e brasileiros. A teorização do recém-nascido direito brasileiro perpassou a internalização da praxe judiciária portuguesa, que serviu não apenas de inspiração, mas de molde para o desenho do Estado brasileiro. Assim, a estrutura judiciária nacional, em verdade, importou o modelo português, acreditando – pelo costume advindo do modelo de exploração colonial e a submissão do território aos mandos da coroa portuguesa –, ser este o modelo acertado para o Brasil.

O Estado brasileiro preferiu adotar, inclusive, a legislação portuguesa, chancelando sua aplicação vestindo-a “de verde e amarelo”, como é perceptível pelos incrementos legislativos processuais do período imperial, que equivalem às velhas Ordenações lusitanas com parcas correções e modificações, tendo apenas incrementos linguísticos – notadamente pelo desenvolvimento do português brasileiro.

A doutrina genuinamente brasileira, consubstanciada no estudo de Antonio Joaquim Ribas sobre o Regulamento nº 737, teceu comentários oportunos à praxe judiciária, com o intuito de vencer as corruptelas do sistema, bem como as dissonâncias decorrentes das diferenças substanciais entre a realidade portuguesa e brasileira, que tornavam o sistema

nacional excessivamente burocrático e destacado das necessidades casuísticas próprias do *modus operandi* local. Ainda assim, o sistema brasileiro permaneceu recalcitrante e engessado, abraçado às tradições.

Com o advento republicano, não obstante o direito público tenha sido influenciado diretamente pelo direito dos Estados Unidos da América, a prática jurídica permaneceu arraigada à matriz portuguesa, como é evidente no que tange a matéria processual. Quanto à processualística, ainda que o federalismo à brasileira tenha entendido pela multiplicidade de códigos processuais civis consonante à quantidade de entes integrantes da Federação, permaneceu-se vinculado ao legado português, nomeadamente ao Regulamento nº 737, a legislação imperial que vestiu de Brasil as Ordenações à época.

Dentro do universo dos códigos estaduais à época, destacou-se a legislação maranhense enquanto recorte para a delimitação de cisão entre o texto português e a abertura para uma legislação genuinamente brasileira. Com a imersão na história do Estado do Maranhão e do próprio legislador responsável pela feitura do Código de Processo Civil e Comercial de 1911 – a legislação processual que regeu o Estado até a unificação legislativa de 1939 –, ficou evidente o transplante de institutos inteiros dos textos portugueses para a atualização legal maranhense do século XX. As Ordenações permaneciam vivas. E o direito português, na essência do Judiciário brasileiro, em vigor e larga aplicação.

Tem-se consciência acerca da impossibilidade de *criação totalmente nova* sobre o direito processual civil, uma vez que uma gênese do direito não era mais possível – e a própria essência do direito impede que haja inovação completa do sistema. A questão fulcral não é a busca de uma teorização do direito exclusivamente brasileira, destacada da cultura jurídica mundial e criada sobre e para a realidade nacional, com a invenção de um modelo. Entretanto, a importação irrestrita de legislação estrangeira e a sua aplicação sem questionamento sobre sua correspondência e aplicabilidade às necessidades do importador fazem exsurgir indagações sobre a própria soberania do Estado e, ainda, sobre a efetividade da prestação jurisdicional para com os seus.

De plano, o exercício da soberania, entendido enquanto poder absoluto de um Estado sobre seu povo e território, é questionada por essa importação a partir do momento em que a legislação aplicada não advém do próprio Estado. Ora, o Estado, ao exercer seus poderes, utiliza-se dos atos de externalização e efetivação de poder de outro Estado em seu território. No caso brasileiro, a estrutura colonial parece se perpetuar com a independência, já que permanece a legislação portuguesa regendo as relações brasileiras – e, mais que isso, permanece a sua estrutura de exercício de poder. Portanto, não só o processo civil permanece aos moldes portugueses, mas o próprio Judiciário equivale à estrutura lusitana. O Estado brasileiro, mesmo após o grito às margens do Ipiranga, continuou com identidade portuguesa.

No que se refere à prestação jurisdicional, esta fica comprometida (ou, ao menos, com traços de incipiência), uma vez que as demandas do Estado brasileiro destoam daquelas próprias de Portugal. Ora, a extrema burocracia das Ordenações, além da parca capilaridade do sistema lusitano, necessariamente, comprometem a prestação jurisdicional efetiva. A concentração da via recursal em poucos pontos do território, por exemplo, inviabiliza a concretude da prestação de uma justiça focada no real deslinde da causa. E mais, o jurisdicionado à época deveria deslocar-se para pontos extremos do território nacional para satisfazer a sua demanda de nível local. Os percalços do caminho e despesas, de início, já maculam o pleito a ser levado para as Relações.

Ainda que pesem as críticas à adoção do direito português e a sua eficácia com incipientes questionamentos sobre a sua correspondência à realidade brasileira, em verdade, com os códigos estaduais do início da República brasileira houve espaço para o avanço da doutrina nacional sobre as leis portuguesas e o próprio direito processual. Isso é perceptível com o trabalho de Godofredo Mendes Vianna, que fez importantes alterações para o processo civil maranhense, como a divisão das ações ordinárias e especiais e sua simplificação, intentando sua desburocratização – como a supressão da réplica e tréplica; modificações no rito de execução; sensíveis alterações no que tange a seara recursal; e incrementos na teoria das nulidades.

Assim, o que se percebe é que a fixação pelas tradições fez do ordenamento jurídico brasileiro ambiente recalcitrante e resistente às modificações, mas não por isso impermeável aos doutrinadores. A criatividade, ainda que tolhida, não foi totalmente suprimida. Como se depreende dos escritos de Vianna, não há criação original, mas uma série de noções velhas e novas em simbiose, a partir de entendimentos que “*se ruminou, digeriu, desenvolveu e expôs*”. A práxis e a percepção dos problemas do sistema fatigado permitiram ao legislador brasileiro exercer, ainda que de maneira tímida, a sua criatividade.

Em suma, não se delineou um corte no espaço-tempo entre o direito português e o direito brasileiro. Entretanto percebeu-se que a consolidação do direito processual civil em terras brasileiras se deu com a manutenção das tradições portuguesas, que se estende desde o período de domínio da metrópole e perpassa o período imperial e da nascente república. Outrossim, mesmo diante dessa resistência, é perceptível que a doutrina brasileira, ainda que incipiente e nova, conseguiu incluir na legislação certas inovações, na tentativa de aproximar a legislação das exigências da realidade brasileira no dado momento da atividade legislativa. E, nesse ponto, é salutar que se exalte o trabalho dos legisladores-doutrinadores brasileiros que abraçaram os projetos de códigos processuais civis estaduais e se debruçaram sobre legislação, jurisprudência e doutrina para criarem os seus. Nesse diapasão, portanto, é mister reconhecer o desforço de Godofredo Mendes Vianna e do Código de Processo Civil e Comercial do Estado do Maranhão de 1911 de tornar a legislação processual mais acertada, adaptada, real e profícua para a realidade maranhense na época em que esteve em vigor. Os juristas que buscam entender o momento histórico atual do direito processual brasileiro devem, portanto, visitar a História do Direito, o que permitirá uma compreensão deste período áureo corrente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA JUNIOR, João Mendes de. **Direito Judiciário Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typografia Baptista de Souza, 1918.

ANSELMO, António Joaquim. **Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1926.

BAPTISTA, Francisco de Paula. **Compendio de theoria e prática do processo civil comparado com o commercial e de hermenêutica jurídica**. 6 ed. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1901.

BARBOSA, Rui. **Commentarios à Constituição Federal Brasileira**. São Paulo, Livraria Academica, 1932.

BORGES, Marcos Afonso. **Breve notícia sobre a evolução histórica do direito processual civil**. R. Fac. Dir. UFG. v. 11, n. 1, p. 37-68, jan/dez 1987. Disponível em <<https://revistas.ufg.br/revfd/article/view/11641/7640>>. Acesso em 17 ago. 2017.

BOTELHO, Joan. **Conhecendo e debatendo a História do Maranhão**. 2 ed. São Luís: Fort Com. Gráfica e Editora, 2008.

BRASIL. Decreto nº 737, de 25 de Novembro de 1850. Determina a ordem do Juizo no processo Commercial. **Imprensa Nacional**. Rio de Janeiro: Palácio do Rio de Janeiro, 1850. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=80659&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>> Acesso em: 16 ago. 2017.

_____. Lei nº 13.105 de 2015. Estabelece o Código de Processo Civil. Brasília, 2015. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 16 mar. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm>. Acesso em 13 mar. 2018.

_____. Decreto nº 3.084, de 5 de novembro de 1898. Aprova a Consolidação das Leis referentes à Justiça Federal. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro: Palácio do Rio de Janeiro, 1898. Disponível em <<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3084-5-novembro-1898-509270-publicacaooriginal-1-pe.html>>>. Acesso em 06 mar. 2018.

_____. Lei de 20 de outubro de 1823. Declara em vigor a legislação pela qual se regia o Brasil até 25 de Abril de 1821 e bem assim as leis promulgadas pelo Senhor D. Pedro, como Regente e Imperador daquela data em diante, e os decretos das Cortes Portuguezas que são especificados. **Imprensa Nacional**. Rio de Janeiro: Palácio do Rio de Janeiro, 1823. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/antioresa1824/lei-40951-20-outubro-1823-574564-publicacaooriginal-97677-pe.html>. Acesso em 2 mar. 2018.

_____. Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824. **Imprensa Nacional**. Rio de Janeiro: Palácio do Rio de Janeiro, 1824. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em 2 mar. 2018.

_____. Lei de 18 de setembro de 1828. Cria o Supremo Tribunal de Justiça e declara suas atribuições. **Imprensa Nacional**. Rio de Janeiro: Palácio do Rio de Janeiro, 1820. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38214-18-setembro-1828-566202-publicacaooriginal-89822-pl.html>. Acesso em 2 mar. 2018.

_____. Lei de 16 de dezembro de 1830. Manda executar o Código Criminal. **Imprensa Nacional**. Rio de Janeiro: Palácio do Rio de Janeiro, 1830. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acesso em 2 mar. 2018.

_____. Lei de 29 de novembro de 1832. Promulga o Código do Processo Criminal de primeira instância com disposição provisória acerca da administração da Justiça Civil. **Imprensa Nacional**. Rio de Janeiro: Palácio do Rio de Janeiro, 1832. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-29-11-1832.htm>. Acesso em 2 mar. 2018.

_____. Lei nº 556 de 25 de junho de 1850. Código Comercial. **Imprensa Nacional**. Rio de Janeiro: Palácio do Rio de Janeiro, 1850. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0556-1850.htm>. Acesso em 05 mar. 2018.

_____. **Coleção das Leis do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1861. Disponível em <

http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18466/collecao_leis_1837_parte1.pdf?sequence=1>. Acesso em 29 mar. 2018.

_____. Lei nº 2.033 de 30 de setembro de 1871. Altera diferentes disposições da Legislação Judiciária. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro: Palácio do Rio de Janeiro, 1871. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM2033.htm>. Acesso em 05 mar. 2018.

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, DF, 24 fev. 1891. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em 06 mar. 2018.

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, DF, 16 de julho de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em 30 abril 2018.

_____. Decreto-Lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939. Código de Processo Civil. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, DF, 18 de setembro de 1939. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del1608.htm>. Acesso em: 30 abril 2018.

_____. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, DF, 10 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm>. Acesso em: 30 abril 2018.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>>. Acesso em 2 fev. 2018.

BUENO, José Antônio Pimenta. **Apontamentos sobre as formalidades do processo civil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1858.

CARVALHO, Thiago Mendes de. **Os negócios jurídicos processuais no novo código de processo civil**. 2016. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

CASSALES, Pedro Antônio Peniza Bravo. **O processo sincrético: o cumprimento de sentença que reconhece obrigação de pagar quantia certa**. 2011. 33 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2011_2/pedro_cassales.pdf>. Acesso em 06 maio 2018.

CAVALCANTI, João Barbalho Uchôa. **Constituição Federal Brasileira: Commentarios**, 2ª ed. Rio de Janeiro: F Briguiet, 1924.

COSTA, Moacir Lobo da. **Breve notícia histórica do direito processual civil brasileiro e de sua literatura**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1970.

DIDIER JR., Fredie (org.). **Reconstruindo a Teoria Geral do Processo**. Salvador: Jus Podivm, 2012.

_____. **Curso de Direito Processual Civil**. ed 17. v. 1. Salvador: JusPodivm, 2015.

_____. (org.). **Reconstruindo a Teoria Geral do Processo**. Salvador: Jus Podivm, 2012.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**, v. 1. ed. 4. São Paulo: Malheiros, 2004.

FRANCO, Loren Dutra. **Processo civil – origem e evolução histórica**. Juiz de Fora, 2002. Disponível em <http://intranet.viannajr.edu.br/revista/dir/doc/art_20002.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2017.

GODOIS, Antonio Baptista Barbosa de Godois. **História do Maranhão**. vol. 2. São Luis: Typ de Ramos D'Almada, 1904.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. **O Direito na História: uma Relação Equivocada**. Londina: Humanidades, 2004.

GROSSI, Paolo. **Mitologie Giuridiche della Modernità**. Milano: Giuffrè, 2007.

HESPANHA, Antonio Manuel. **Porque é que Existe e em que é que Consiste um Direito Colonial Brasileiro**, *Quaderni Fiorentini per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno*. Milano, Vol. 35, T. I. 2006.

ITALIA. **Código de Processo Civil**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1904. 1904.

JUNIOR, João Mendes de Almeida. **As Formas da Praxe Forense**. Revista da Faculdade de Direito de São Paulo. São Paulo, Vol. 12, 1904

MARANHÃO. **Código de Processo Civil e Comercial do Estado do Maranhão**. São Luís, 1911. São Luís: Imprensa Oficial, 1911.

MAXIMILIANO, Carlos. **Commentarios à Constituição Brasileira**. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1918.

MEIRELES, Mário M. **História do Maranhão**. 3. ed. São Paulo: Siciliano, 2001.

MIOTTO, Carolina Cristina. **A evolução do direito processual civil brasileiro: de 1939 a análise dos objetivos visados pelo Projeto de Lei n. 8.046 de 2010**. Revista da UNIFEBE. Brusque, n. 11, v. 1, p. 1-19, jan/jul 2013. Disponível em: <http://periodicos.unifebe.edu.br/index.php/revistaeletronicadaunifebe/article/viewFile/135/6> >. Acesso em: 16 ago. 2017.

PACHECO, José da Silva. **Evolução do processo civil brasileiro**. 2 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

PEREIRA, Carolina Saiago. **Os limites dos negócios jurídicos processuais atípicos: análise conforme o código de processo civil de 2015**. 2017. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

PORTUGAL. **Ordenações Filipinas**. 3 vol. Edição de Candido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro, 1870. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

_____. **Ordenações Afonsinas**. 5 vol. 1446. Disponível em <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/pagini.htm>>. Acesso em 28 fev. 2018.

_____. **Ordenações Manuelinas**. 5 vol. Disponível em <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/>>. Acesso em 28 fev. 2018.

_____. **Ordenações Filipinas**. 5 vol. Disponível em <<<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>>>. Acesso em 28 fev. 2018.

RAATZ, Igor; SANTANNA, Gustavo da Silva. **Elementos da história do processo civil brasileiro: do código de 1939 ao código de 1973**. Revista Justiça e História, v.9, n. 17, p. 1-18, jan/jul 2012. Disponível em: <https://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucho/revista_justica_e_historia/issn_1677-065x/v9n17n18/ELEMENTOS.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2017.

RIBAS, Antonio Joaquim; RIBAS, Julio A. **Consolidação das Leis do Processo Civil**. v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior, 1879.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Republicanism e Federalismo (1889-1902)**. Brasília: Biblioteca do Senado, 1978

SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24, 2007, Niterói. Instituições, Poder e Justiça. Niterói: UFF, 2007. 8 p.

SLEMIAN, Andréa. “**O Supremo Tribunal de Justiça nos Primórdios do Império do Brasil (1828-1841)**”. In: LOPES, José Reinaldo de Lima (org.). *O Supremo Tribunal de Justiça do Império (1828-1889)*. São Paulo: Saraiva, 2010.

SOUZA, Marcia Cristina Xavier de. Por um juizado especial cível verdadeiramente estadual. In: ZANGEROLAME, Flavia; CASARA, Rubens; FEITOSA, Antonio Claudio;

FERNANDES, Márcia (Orgs). **Pelos caminhos da justiça e da solidariedade: estudos em homenagem a Miguel Lanzellotti Baldez**. Empório Modara: Florianópolis, 2018.

_____. **A competência constitucional para legislar sobre processo e procedimento e o código de processo civil de 2015**. Revista de Direito da Faculdade Guanambi, Guanambi, v. 4, n. 1, p 126-148, jan-jun 2017.

SOUZA, Marcus Seixas. **Os precedentes na história do direito processual brasileiro: colônia e império**. Salvador, 2014. 196 p. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGD, Universidade Federal da Bahia, 2014.

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial, o Tribunal Superior da Bahia e seus Desembargadores, 1609-1751**. Tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. **Cadernos de processo do trabalho**, v. 1. São Paulo: LTR, 2018.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História Geral do Brasil**. v. 1. 2. ed. São Paulo: Losada, 1947, 81.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do Comércio do Maranhão**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1964.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Paradigmas, Historiografia Crítica e Direito Moderno**. Revista da Faculdade de Direito da UFPR, Curitiba, Nº. 28, p. 56, 1994/95.